



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Artes performativas e sustentabilidade: estudo para o planeamento e financiamento de um projeto de dança contemporânea

Ana Beatriz Dias Lourenço

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora: Doutora Caterina Foà, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de História

Artes performativas e sustentabilidade: estudo para o
planeamento e financiamento de um projeto de dança
contemporânea

Ana Beatriz Dias Lourenço

Mestrado em Estudos e Gestão da Cultura

Orientadora: Doutora Caterina Foà, Professora Auxiliar Convidada,
Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Outubro, 2023

*“Nada tem de utópico. É mesmo um horizonte realista se não nos resignarmos a morrer. Sejam
realistas, mudemos o mundo!” (Raphaël Glucksmann, 2022)*

Agradecimentos

Dedico o primeiro agradecimento à minha orientadora Professora Caterina Foà, sem a qual nada teria sido possível. Agradeço-lhe eternamente o seu apoio incondicional, a prontidão e disponibilidade constantes. Obrigada por confiar em mim e reconhecer potencial em todas as minhas ânsias, apesar deste ter sido um processo inconstante e cheio de incertezas. Agradeço-lhe todos os incentivos e palavras de força que me levaram projetar uma oportunidade de trabalho, com que há muito sonhava.

Agradeço também à minha incansável amiga Cassama Gomes, que mesmo há distância, sempre se juntou a mim para trabalhar e concluir este mestrado. Obrigada por todos os esclarecimentos de dúvidas e lembranças de prazos de entrega. És um verdadeiro anjo da guarda.

Deixo também uma palavra a todos os entrevistados pela disponibilidade e pelas partilhas que foram, sem dúvida, extremamente enriquecedoras e valiosas para o estudo, mas também a nível pessoal.

Ao meu maior apoio, o Ricardo, companheiro desta aventura que é a vida, um obrigada por todas as sugestões, por todas as leituras e por expressar sempre com tanta certeza o orgulho que tem em mim.

Por fim, um obrigada aos meus pais por sempre me incentivarem a prosseguir com a minha formação e verem em mim capacidades para me superar a cada passo.

Resumo

As crescentes consequências das alterações climáticas e a degradação do ambiente levantam sérias preocupações com a preservação da vida. Neste sentido, a União Europeia declarou como missão alcançar a neutralidade climática até 2050 e todos os setores económicos são chamados a participar neste compromisso, tendo de reduzir os seus impactos ambientais e promover um modo de vida sustentável.

A Cultura figura como o 4º Pilar da Sustentabilidade encarregando-se de mudar hábitos culturais como a sobreprodução, o consumismo e a geração de resíduos, e incentivar valores como a reutilização, o equilíbrio e a comunidade.

Esta investigação questiona como os agentes culturais podem participar nesta transição e tem como objetivo efetuar análises preparatórias que permitam compreender e planejar, estrategicamente, os vários elementos de um projeto de artes performativas que integra valores ecológicos e sustentáveis. A fase preparatória do projeto, denominado de *A Call For Action*, foi desenvolvida seguindo uma metodologia qualitativa baseada em análise documental e de conteúdo de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 4 informantes privilegiados, selecionados por serem especialistas em produção cultural e em programas de financiamentos público para a cultura, em Portugal e na União Europeia.

Os resultados da pesquisa incidem sobre o cruzamento, as oportunidades e os desafios da relação entre a temática da sustentabilidade e a intervenção artística. A proposta de *A Call For Action* é construída em torno dos resultados obtidos e oferece uma perspetiva de interpretação teórico-prática acerca de como pode um artista individual, das artes performativas, realizar e financiar um projeto sobre sustentabilidade, em Portugal.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Artes Performativas, Projeto de dança contemporânea, Financiamentos públicos para a cultura.

Abstract

The growing consequences of climate change and environmental degradation raise serious concerns regarding the preservation of life. Accordingly, the European Union has declared its mission to achieve climate neutrality by 2050 and all economic sectors are called upon to take part in this commitment, having to reduce their environmental impacts and promote a sustainable way of life.

Culture stands as the 4th Pillar of Sustainability, being responsible for changing cultural habits such as overproduction, consumerism, and waste generation, and encouraging values such as reuse, balance, and community.

This research questions how cultural agents can take part in this transition and aims to carry out preparatory analyses that allow to understand and strategically plan the various elements of a performing arts project that integrates ecological and sustainable values. The preparatory phase of the project, called *A Call For Action*, was developed using a qualitative methodology based on documentary analysis and on content analysis of semi-structured interviews conducted with 4 key informants, selected for their expertise in cultural production and public funding programmes for culture, in Portugal and in the European Union.

The results of the research focus on the intersection, opportunities, and challenges of the relationship between the theme of sustainability and artistic intervention. The proposal of *A Call For Action* is built around the results obtained and offers a theoretical-practical interpretation of how an individual artist in the performing arts can realise and finance a sustainability project in Portugal.

Keywords: Sustainability, Performing arts, Contemporary dance project, Public funding for culture.

Índice

Abstract.....	ix
Índice de Figuras.....	xiii
Índice de Quadros.....	xiii
Glossário.....	xiv
Capítulo 1. Introdução	1
Capítulo 2. A Problemática Ambiental - Natureza, Ambiente e Meio Ambiente	5
2.1. Estado Atual do Ambiente.....	5
2.2. Ecologia.....	8
2.3. Ecologia e Política	8
2.4. Principais incentivos políticos relacionados com a crise ecológica.....	10
Capítulo 3. Cultura e Sustentabilidade	13
3.1. Sustentabilidade	13
3.2. Desenvolvimento Sustentável	14
3.3. Cultura, O 4º Pilar da Sustentabilidade	15
3.4. Relação entre Cultura e Sustentabilidade	17
3.4.1. Artes e Sustentabilidade.....	17
3.5. Estado da Arte – Relação entre Artes Performativas e Sustentabilidade	19
Capítulo 4. Metodologia.....	31
4.2. Abordagem Metodológica	32
Capítulo 5. Análise dos modelos de financiamento público dos setores cultural e criativo, na União Europeia e em Portugal.....	35
5.1. Modelo de financiamento público aos setores cultural e criativo, na União Europeia	35
5.2. Modelo de financiamento público aos setores cultural e criativo, em Portugal	37
Capítulo 6. Resultados	39
6.1. Reflexo da relação entre cultura e sustentabilidade nos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo	39
6.2. Processos de candidatura aos programas de financiamento públicos <i>Europa Criativa</i> e da Direção-Geral das Artes.....	43
6.2.1. <i>Financing Mix</i>	49
6.3. Potencial dos setores cultural e criativo enquanto ferramenta da transição ecológica.....	50
Capítulo 7. A <i>Call For Action</i>	53
7.1. Conceito de A <i>Call For Action</i>	53
7.2. Missão, Visão, Valores.....	57
7.3. Política Ambiental e Plano de Ação	57

7.3.1. Política Ambiental de <i>A Call For Action</i>	58
7.4. Análise <i>SWOT</i> de <i>A Call For Action</i>	60
7.5. <i>The Business Model Canvas</i> de <i>A Call For Action</i>	63
7.5.1. Proposta de valor	65
7.5.2. Atividades chave	65
7.5.3. Recursos e parceiros chave	66
7.5.4. Público-alvo e segmentos de públicos	68
7.5.5. Modalidade e canais de relacionamento e distribuição com o público	69
7.5.6. Plano de comunicação	69
7.5.7. Estrutura orçamental	71
7.5.8. Receitas	79
7.5.9. <i>GAIA</i>	79
Capítulo 8. Conclusões	81
Fontes	87
Legislação internacional	87
Legislação nacional	87
Fontes Documentais	87
Bibliografia	89
Multimédia	94
Anexos	I
Anexo A: Guião de entrevista de Andreia Carneiro	I
Anexo B: Guião de entrevista de Carolina Mano Marques	II
Anexo C: Guião de entrevista de Carlos Levezinho	III
Anexo D: Guião de entrevista de Sara Machado	IV

Índice de Figuras

Figura 2: Relação da Cultura com as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável	16
Figura 3: Hierarquia de materiais	24
Figura 4: Como planejar orçamentos em prol da sustentabilidade nas produções de espetáculos.....	25
Figura 5: Mapa Conceptual da Investigação.....	31
Figura 6: Captação de parte de formulário de candidatura de <i>Films on the Move (CREA-MEDIA-2024-FILMOVE)</i> , pergunta 1.4	40
Figura 7: Quadro síntese do conceito de <i>A Call For Action</i>	56

Índice de Quadros

Quadro 1: Testemunho de C. Mano Marques e S. Machado sobre como as preocupações.....	42
Quadro 2: Testemunho de C. Levezinho e A. Carneiro sobre como as preocupações com o ambiente se refletem nos financiamentos públicos da cultura, em Portugal	42
Quadro 3: Comparação entre as dificuldades expressas pelos entrevistados nas candidaturas ao <i>Programa Europa Criativa</i> e aos apoios da Direção-Geral das Artes	43
Quadro 4: Comparação entre os critérios de avaliação de uma candidatura da <i>Europa Criativa</i> e dos apoios da DGARTES, através dos testemunhos dos entrevistados.....	46
Quadro 5: Comparação entre sugestões para a criação de candidaturas apelativas, para os avaliadores dos financiamentos públicos da <i>Europa Criativa</i> e da DGARTES, de acordo com os testemunhos das entrevistas	48
Quadro 6: Síntese da análise SWOT de <i>A Call For Action</i>	62
Quadro 7: The Business Model Canvas de <i>A Call For Action</i>	64
Quadro 7: Síntese dos recursos fixos e, respetivos, possíveis parceiros de <i>A Call For Action</i>	67
Quadro 8: Síntese do plano de comunicação de <i>A Call For Action</i>	70
Quadro 9: Planeamento das fases de trabalho de <i>A Call For Action</i>	73

Glossário

ACT – Art Climate Transition

AEA – Agência Europeia do Ambiente

DGARTES – Direção-Geral das Artes

IPCC – Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU – Organização das Nações Unidas

SOER 2020 – Relatório “O ambiente na Europa – estado e perspetivas 2020”

UCLG – United Cities and Local Governments

UE – União Europeia

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

CAPÍTULO 1

Introdução

O estado atual, do ambiente, prova que estamos em emergência climática, as crescentes consequências da cultura de sobreprodução e consumismo contemporânea, que desgastam o Planeta Terra e põe em causa a vida humana, demandam uma mudança sistémica. É deste ponto que se parte para a elaboração de um trabalho de projeto. Assim, sobressaem duas questões, ou dois problemas, que orientam a investigação: como pode a arte aliar-se à problemática ambiental e como posso eu, uma artista individual, facilitar essa relação? Destas duas questões nasce uma crescente preocupação, associada às políticas públicas de apoio à criação artística em Portugal, que se expressa da seguinte forma: como pode um artista individual, das artes performativas, financiar um projeto sobre sustentabilidade, em Portugal? Tornando-se esta, a pergunta orientadora de toda a investigação e dos métodos de recolha e análise de dados.

O objetivo central da investigação é a criação de um projeto de artes performativas, com produção cíclica, cuja primeira obra será uma peça de dança contemporânea. O projeto designar-se-á de *A Call For Action* e, tal como o próprio nome indica, pretende ser uma iniciativa que incita à ação, ou seja, à ação climática através de processos criativos que promovem a participação do público, facilitam a disseminação de informação entre artistas, entidades culturais e públicos e a transformação dos hábitos culturais dos participantes em comportamentos mais sustentáveis.

Para tal, o presente trabalho de projeto foi orientado por uma revisão literária que integra a problemática ambiental, a relação da cultura com a sustentabilidade (que inclui estratégias para as artes performativas reduzirem os seus impactos ambientais) e o modo como as preocupações com o ambiente se refletem nos modelos de financiamento público aos setores cultural e criativo, na União Europeia e em Portugal. A revisão literária foi conciliada com 4 entrevistas semiestruturadas a informantes privilegiados dos setores cultural e criativo que desenvolvem atividade no âmbito dos tópicos que balizam a investigação – sustentabilidade, artes performativas e financiamentos públicos dos setores cultural e criativo. As decisões metodológicas têm como foco entender como construir uma peça de dança que aborda a sustentabilidade, é produzida de modo sustentável e pode ser financiada através de programas de apoio às artes públicas.

Posto isto, descobriu-se que estudos recentes defendem que a Cultura é o 4º pilar da sustentabilidade e isto significa que para se obter sustentabilidade social, económica e ambiental é necessária a integração da Cultura na criação de planos de ação que influenciam os hábitos comportamentais das pessoas. A cultura engloba os valores, crenças, hábitos e

comportamentos sociais de determinado grupo de indivíduos, sendo estes transmitidos por contaminação ou repetição. O que isto demonstra é que ao utilizar a Cultura como um meio de disseminação de informação e reconstrução dos hábitos da sociedade contemporânea, num sentido em que se promove a sustentabilidade ambiental, então à partida existirá maior probabilidade de se alcançar um modo de viver sustentável, ou em equilíbrio e harmonia com a natureza, do que apenas através da transição energética.

No seguimento desta linha de pensamento, existem diversos autores que defendem que as artes são um dos principais mecanismos de influência da Cultura e também uma das áreas em que as políticas públicas culturais podem intensificar os seus esforços em prol de promover o desenvolvimento sustentável. As artes podem promover a sustentabilidade e ajudar a combater as alterações climáticas porque são capazes de ajudar as pessoas a repensarem, e mudarem, os seu valores e hábitos; conseguem comunicar a realidade complexa da crise climática através de uma linguagem mais simples; são um meio de comunicação e disseminação de informação; podem sensibilizar as pessoas através de processos empáticos para com a natureza; ajudam a projetar narrativas positivas sobre o futuro; e através da criatividade, conseguem ajudar a desenvolver novas políticas de desenvolvimento sustentável.

Além disto, os *stakeholders* dos setores cultural e criativo têm demonstrado esforços em estudar o impacto ambiental das atividades culturais e criativas e, em desenvolver medidas para o combater. Neste sentido, são analisados alguns documentos dedicados aos setores cultural e criativo que demonstram que as atividades mais poluentes destes são a circulação e o uso energético. Como modo de reduzir os impactos ambientais da criação, produção e programação artísticas, no contexto das artes performativas, são sugeridas alterações aos métodos de trabalho das entidades culturais e dos artistas individuais. Mas, além disto, é também referida a necessidade de incentivar os agentes das artes performativas a terem preocupações ambientais através de aumentos nos financiamentos públicos dedicados aos setores cultural e criativo, e a outros transdisciplinares que assegurem a inclusão das artes. Isto porque se prevê que produções ambientalmente sustentáveis sejam mais dispendiosas e porque é preciso incentivar os setores económicos a participarem na luta contra as alterações climáticas.

Assim, surge um novo campo de análise que se depreende com as políticas de financiamento público às artes, por parte do governo português e da União Europeia (UE). Este novo tópico permite analisar os seguintes segmentos de informação: como é que a sustentabilidade, uma prioridade política da UE, se reflete nos programas de financiamento público da mesma e do seu Estado-membro, Portugal; que diferenças existem entre as linhas de financiamento da UE e do Ministério da Cultura português, Direção-Geral das Artes (DGARTES); que oportunidades de financiamento público existem para projetos de artes

performativas tematicamente relacionados com a sustentabilidade; quais são as características dos processos de candidatura a financiamentos públicos; e como é que se pode construir uma candidatura eficaz.

Sabendo os caminhos que conectam a arte e a sustentabilidade; identificando estratégias de redução de impacto ambiental nas artes performativas, tais como a redução de viagens, a escolha de meios de transportes mais ecológicos, o consumo e produção locais, o *eco-design* de cenários, adereços e figurinos, a definição de políticas ambientais e planos de ação, o uso de calculadores de carbono e inventários de materiais, a reciclagem e reutilização de materiais e produtos, entre outras; e reconhecendo a sustentabilidade como uma prioridade política que se reflete nos programas de financiamento público, parte-se para o planeamento de *A Call For Action*.

Por fim, informa-se o leitor que o documento se organiza da seguinte forma: o segundo capítulo enquadra a problemática ambiental, expondo o estado atual do ambiente; o terceiro capítulo define os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, cultura e artes performativas, e explora as relações entre estes; o quarto capítulo define as escolhas metodológicas adaptadas; o quinto capítulo explora os modelos de financiamento público aos setores cultural e criativo no âmbito da União Europeia – programa Europa Criativa, e no âmbito da Direção-Geral das Artes, programas de Apoios às Artes; o sexto capítulo demonstra os resultados obtidos através do cruzamento entre as leituras e as entrevistas realizadas; o sétimo capítulo descreve a proposta de projeto *A Call For Action*; e o último capítulo apresenta as conclusões retiradas da investigação.

CAPÍTULO 2

A Problemática Ambiental - Natureza, Ambiente e Meio Ambiente

É, então, necessário começar por enquadrar a problemática da pesquisa que, como o título indica, se depreende com o ambiente. Como Ribeiro, A. G., & Cavassan, O. (2013) definem, ambiente é a expressão utilizada pelos seres humanos para representar o objeto/entidade real - natureza, ou seja, o ambiente “Refere-se à natureza pensada ou representada pela mente humana” (Ribeiro, A. G., & Cavassan, O., 2013, p. 71). Assim, o conceito de ambiente surge do pensamento humano e implica o mesmo. Além disto, este conceito refere-se à relação que o ser humano estabelece com a natureza e alberga todos meios ambientes conhecidos pelo mesmo (p.71).

Sintetizando, clarifica-se que segundo Ribeiro, A. G., & Cavassan, O. (2013): natureza - é um objeto, que existe em si mesmo e sem a intervenção do homem; ambiente - é uma representação da natureza que implica a percepção humana; e meio-ambiente - é o mundo particular de um determinado indivíduo ou espécie.

Posto isto, é importante guardar a noção que caso o ser humano não existisse, a natureza continuaria a existir enquanto o ambiente não, como descrito em Ribeiro, A. G., & Cavassan, O. (2013, p. 66).

Esta ideia é para nós relevante pois esclarece que os problemas ambientais são todos aqueles que acontecem na natureza e implicam a intervenção humana, caso contrário falar-se-iam de catástrofes naturais. Com isto, esclarece-se que os problemas ambientais são o ponto de partida desta pesquisa, cujo objetivo é entender como podem a cultura e a criação artística colaborar com a ecologia e a sustentabilidade para os reverter, ou abrandar.

2.1. Estado Atual do Ambiente

Exemplos de problemas ambientais são: as alterações climáticas; a poluição dos solos, água e ar; a exploração de combustíveis fósseis e a consequente preocupação com a transição energética (energias renováveis); a extinção de espécies e habitats, bem como a proteção da biodiversidade do Planeta Terra; o desenvolvimento urbano e a mobilidade sustentáveis; a escassez de água; a procura de uma agricultura e modelo alimentar sustentáveis; o excesso de população e até mesmo a gestão dos resíduos gerados por esta.

O mais recente relatório “O ambiente na Europa – estado e perspetivas 2020” (SOER 2020) publicado pela Agência Europeia do Ambiente (AEA) é claro na sua mensagem: enfrentamos desafios de uma urgência inegável, que demandam ações e mudanças

sistêmicas. Os nossos sistemas político, económico e social não podem somente fazer mais, é necessário fazer diferente e já! O tempo é escasso e “A próxima década será, portanto, de importância decisiva para determinar as oportunidades do séc. XXI” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.6)

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, ao falar sobre o “Emissions Gap Report” de 2022 transmite uma mensagem muito semelhante à descrita acima:

“Droughts, floods, storms and wildfires are devastating lives and livelihoods across the globe. Loss and damage from the climate emergency is getting worse by the day. And global and national commitments are falling pitifully short. The window to limit global temperature rise to 1.5 degrees is closing fast. Greenhouse gas emissions must be cut by 45 per cent this decade. But as today's Emissions Gap Report confirms, they remain at dangerous and record highs and still rising. Under current policies, the world is headed for 2.8 degrees of global heating by the end of the century. In other words, we are headed for a global catastrophe.” (Guterres, A., 2022).

De acordo com o SOER 2020 (Agência Europeia do Ambiente, 2019) as causas dos desafios ambientais que a Europa encara estão no crescimento da atividade social e económica, processo que deteriorou a relação do ser humano com a natureza (p.7). A Agência Europeia do Ambiente (2019) foca a sua análise nas transformações observadas após 1950, no entanto, Baptista (2019) demonstra como este processo de degradação da relação do ser humano com a natureza, e consequentemente, da capacidade de regeneração do Planeta Terra, se iniciou muito antes - datando da Revolução Agrícola e agravando-se aquando da Revolução Industrial: “A sociedade contemporânea, erigida sob a égide da Revolução Industrial e a consolidação dos ditames capitalistas, encontra-se cada dia mais imersa em uma rede de consumo exagerado, superpopulação e hiper exploração dos recursos naturais.” (Baptista, 2019, p.10).

A Agência Europeia do Ambiente (2019) esclarece que as alterações no clima observadas desde 1950 resultam, na sua maioria das emissões de gases com efeito estufa derivadas de atividades como a queima de combustíveis fósseis, a agricultura e a desflorestação (p.7) - portanto, atividades base do atual sistema social, económico e político.

O último relatório do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas - IPCC (2023), um organismo das Nações Unidas, fundado em 1988, pelo Programa das Nações Unidas do Ambiente e pela Organização Meteorológica Mundial, cujo objetivo é informar cientificamente a tomada de decisões políticas sobre o clima dos membros envolvidos, é também claro nas suas observações: a atividade humana é responsável pelas alterações climáticas que enfrentamos. As emissões de gases com efeito de estufa provenientes da atividade humana, nomeadamente, o uso de energias não renováveis, a ocupação de área terrestre e dos padrões de produção e consumo modernos são os responsáveis pelo aumento da temperatura global e suas progressivas consequências (p.4). “It is unequivocal that human

influence has warmed the atmosphere, ocean and land.” (Lee, Romero & The Core Writing Team, 2023, p.5).

Segundo dados do SOER 2020:

“Desde 1950, a população mundial triplicou para 7,5 mil milhões; o número de pessoas que vivem nas cidades quadruplicou para mais de 4 mil milhões; a produção económica aumentou 12 vezes, acompanhada por um aumento semelhante da utilização de fertilizantes de azoto, fosfato e potássio; e o consumo de energia primária aumentou cinco vezes. Em termos prospetivos, esta evolução mundial deverá continuar a aumentar as pressões sobre o ambiente. Prevê-se que a população mundial cresça cerca de um terço, para 10 mil milhões, até 2050. Em termos globais, a utilização de recursos poderá duplicar até 2060, com um aumento na procura de água de 55% até 2050 e um aumento na procura de energia de 30% até 2040.” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.7)

É preciso ter em conta que a continuação, e aceleração, da subida das temperaturas mundiais ameaça o colapso de ecossistemas como o Ártico, os recifes de corais e a floresta amazónica. A perturbação, ou mesmo destruição, desses ecossistemas coloca em causa a saúde e longevidade da espécie humana pois incapacitará a natureza de fornecer alimentos, recursos, água limpa e solos férteis e de exercer um efeito contra as catástrofes naturais, como prova a AEA (2019, p.7).

Estes dados, além de importantes são também alarmantes pois, significam que a biodiversidade da Terra está altamente danificada existindo, atualmente, mais espécies em vias de extinção do que alguma vez existiram na história da humanidade. É, pois, possível declarar que “existem evidências de que está em curso uma sexta extinção em massa da biodiversidade.” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.7).

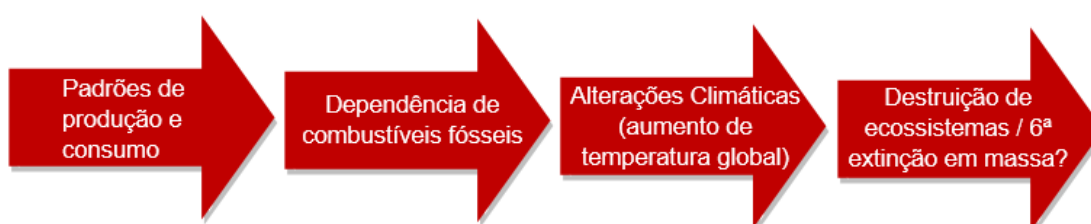


Figura 1: Consequências dos padrões de produção e consumo da sociedade contemporânea

Fonte: Elaborado pela autora a partir das informações da Agência Europeia do Ambiente (2019) e de The Core Writing Team et al (2023)

2.2. Ecologia

Como Ribeiro, A. G., & Cavassan, O. (2013) explicam nas suas investigações, ainda que as preocupações ambientais/ecológicas se tenham alargado, assim como os discursos e debates sobre estas, não é verdade que a clareza dos mesmos tenha acompanhado a sua progressão. Como tal, o uso recorrente de determinados conceitos (ex.: natureza, ambiente, meio ambiente, ecologia e sustentabilidade) não é claro nas suas terminologias e aplicações. Assim sendo, é ambição deste trabalho clarificar os conceitos aplicados.

Focando-nos no conceito de ecologia, atribuído a Ernst Haeckel (1834-1919), esclarece-se que este se refere ao estudo das relações entre organismos e o meio ambiente, sendo possível estudar as condições da sua existência. O termo advém da combinação das palavras gregas *oikos* (casa) e *logos* (discurso) formando a palavra *Oecologie*, como apresentado por Williams (2023) e Baptista (2019, p.28).

Ao abordarmos a relação da política com a natureza, utilizaremos o termo ecologia, podendo em certos casos, fazer-se até menção à ecologia política - movimentos políticos relacionados com os problemas ambientais.

2.3. Ecologia e Política

Posto isto, é importante ter em conta que a crise climática é também uma crise humanitária. Afirmar tal ideia não é alarmismo é, à semelhança do que Baptista (2019) nos demonstra nas suas pesquisas, ser capaz de fazer uma verdadeira crítica ao sistema social, político e económico atual - o *capitalismo*. Pois, como demonstrado pela confrontação de perspetivas ecossocialistas, ecoanarquistas e ecofeministas, a ecologia pode ser a solução não só para os efeitos das alterações climáticas, como também para as desigualdades e injustiças sociais.

Pensar um futuro, e uma política, cuja base é a ecologia, é reverter os padrões sociais do capitalismo e recuperar o futuro da Humanidade. É criar um modo de vida igualitário e justo e, portanto, sustentável. A ecologia é uma ferramenta para solucionar, não só a crise climática, como a crise social, económica e política do séc. XXI.

Glucksmann (2022) lembra-nos também que é necessário demonstrar que a ecologia se encarrega dos medos, problemas e ambições da sociedade contemporânea e das cidades (p.145). E que, além disso, é preciso colocar a ecologia no panorama político, dar-lhe voz e, acima de tudo, dar-lhe espaço para agir. É preciso conquistar a esperança e a aliança de todos os cidadãos e reverter os padrões hierárquicos/de poder que regem a atual economia. É preciso pensar global e, acima de tudo, pensar em comunidade!

“A transformação ecológica não se fará apenas porque é necessária. Far-se-á se a tornarmos entusiasmante e se ela responder aos pedidos dos nossos cidadãos aqui e agora. Em vez de

«despolitizar» a ecologia, é preciso, pelo contrário torná-la a grande epopeia política do século XXI.” (...) Os humanos não darão todos a mão para «salvar o planeta». A transição ecológica, como qualquer mutação de importância, fará vencedores e vencidos. (...) Os mais ricos poluem mais e os mais pobres sofrem mais com a poluição. A narrativa ecologista deve partir desta injustiça.” (Glucksmann, 2022, pp.145-146)

Assim, é possível compreender que observar a governança do mundo de um ponto de vista ecológico implica visualizar grandes alterações ao atual sistema político, social e económico. Como Glucksmann (2022) refere os atuais governos são forçados a definir um rumo claro de ações que combatam o aumento de temperatura na Terra pois, não é possível continuar a “injetar dinheiro numa máquina económica que está condenada a prazo e que condena o mundo com ela”, (Glucksmann, R., 2022, p.27- 28).

Para encontrar uma solução é necessário quebrar o paradigma, é preciso colocarmo-nos fora do plano de ação habitual e escolher agir de modo diferente. Só assim será possível reverter a crise climática, os padrões de desigualdade social e riqueza atuais, consequência do modo de produção e consumo da sociedade capitalista - a sociedade de alto consumo, da sobreprodução e da destruição dos recursos naturais.

Posto isto, é preciso ter também noção de que, nos últimos anos, se tem presenciado uma crescente preocupação política com o ambiente e a sustentabilidade – nomeadamente, com os efeitos das alterações climáticas - pelo que se têm observado ações políticas e investimento importantes neste sentido.

A União Europeia é clara nas suas ambições: “A Europa deve liderar a transição global para um ambiente saudável num mundo justo e sustentável.” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.4). De acordo com o SOER 2020, publicado pela Agência Europeia do Ambiente (2019), a liderança europeia idealiza o seu futuro da seguinte forma: na UE deve viver-se bem e dentro dos limites ecológicos do planeta até 2050, a prosperidade dos Estados-membros deve resultar de uma economia circular inovadora onde não existe desperdício e os recursos naturais são geridos de modo sustentável, a biodiversidade é protegida e valorizada e, por fim, as emissões de carbono serão altamente reduzidas estando o mercado dissociado destas, afirmando-se assim como o exemplo de uma sociedade evoluída e sustentável (p.4).

Esta visão da UE corrobora as ideias presentes nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODS), desenvolvidos pelas Nações Unidas (ONU) e aprovados por unanimidade, a setembro de 2015. Os objetivos são no total 17 e estão subdivididos em 169 metas. O foco destes objetivos é criar uma visão comum para a humanidade e um contrato social entre líderes mundiais, visando um conjunto de premissas a seguir, em prol do bem-estar do planeta e dos povos, como afirma Ki-moon, B. (s.d.) como citado em Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018, p.1. Em bom termo, os 17 objetivos consistem numa “agenda alargada e ambiciosa que aborda várias dimensões

do desenvolvimento sustentável (social, económico, ambiental) e que promove a paz, a justiça e instituições eficazes” (Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental, 2018, p.1). As grandes áreas destes objetivos são: acesso à educação e a serviços de saúde de qualidade; criação de emprego digno; sustentabilidade energética e ambiental; conservação e gestão dos oceanos e da água; promoção de instituições eficazes; combate à desigualdade, à fome e à pobreza.

2.4. Principais incentivos políticos relacionados com a crise ecológica

Posto isto, parece necessário fazer uma breve menção a um conjunto de ações e incentivos políticos relacionados com a ação climática e com o combate aos problemas ambientais enfrentados atualmente.

Agenda 2030

A *Agenda 2030* corresponde aos 17 ODS, aprovados em 2015 e que entraram em vigor a 1 de janeiro de 2016. O foco desta agenda é o desenvolvimento sustentável e as suas metas devem ser alcançadas até 2030.

Acordo de Paris

O *Acordo de Paris* surge aquando da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas e entrou em vigor a 4 de novembro de 2016. Este acordo inclui um plano de ação para limitar o aquecimento global. Para tal, os governos comprometem-se a trabalhar para manter o aumento de temperatura média global abaixo dos 2°C em relação aos níveis pré-industriais, tentando ao máximo que este não ultrapasse os 1,5°C.

Declaração de Emergência Climática

A 28 de novembro de 2019, a Comissão Europeia declarou emergência climática e demonstra a sua vontade em comprometer-se a atingir emissões nulas de gases com efeito estufa, no limite, até 2050. A UE demonstra-se também interessada em apoiar mais, eficazmente, o Acordo de Paris.

Pacto Ecológico Europeu

O *Pacto Ecológico Europeu* data de 2019 e tem estado em contínua atualização e desenvolvimento. O mesmo consiste num pacote de medidas estratégicas que pretendem alcançar a neutralidade climática, na UE, até 2050.

Lei Europeia em Matéria de Clima

A *Lei Europeia em Matéria do Clima* corresponde à meta climática de redução das emissões de gases com efeito estufa em pelo menos 55% até 2030, em comparação com os valores de 1990.

Contudo, ainda que estas ações sejam promissoras e revelem uma vontade de agir significativa, existem provas de problemas persistentes que tornam as previsões para o futuro do ambiente na Europa pouco auspiciosas.

É importante ter claro que, para que a Europa alcance a sua visão de “viver bem, dentro dos limites do nosso planeta” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.12), além de promover o crescimento económico e procurar controlar os efeitos das alterações climáticas com políticas ambientais e sociais, terá de colocar, necessariamente, a ecologia e a sustentabilidade como princípios orientadores da política de agora em diante - “Facilitar mudanças transformadoras exigirá que todas as áreas e todos os níveis de governo trabalhem em conjunto e aproveitem a ambição, a criatividade e o poder dos cidadãos, das empresas e das comunidades” (Agência Europeia do Ambiente, 2019, p.12).

Cultura e Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade é, frequentemente, utilizado noutros contextos que não o dos setores cultural e criativo. No entanto, recentemente, tem sido discutida, com alguma certeza, a ideia de que a cultura é o 4º pilar da sustentabilidade (United Cities and Local Governments, s.d., p.3). Ou seja, são diversos os estudos e as visões que a colocam no centro deste conceito, pelo seu potencial socialmente unificador e de disseminação de ideias.

Assim, este capítulo pretende clarificar os conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e cultura, explicar como se articulam e justificar o potencial da cultura enquanto ferramenta de construção de sociedades mais sustentáveis.

3.1. Sustentabilidade

Segundo Moldavanova (2014) em consolidação de ideias de Shearman (1990), Edwards e Onyx (2007), Hasna (2007) e Tubadji (2010) é possível entender que o conceito de sustentabilidade é um conceito multidimensional constituído por 3 dimensões centrais: 1) ambiental, 2) económica, 3) social (ou sociopolítica). A dimensão ambiental pressupõe que se viva dentro da capacidade biofísica global. A dimensão económica ambiciona que se assegure a satisfação de todas as necessidades básicas de vida a nível mundial. E a dimensão social que se garanta que se desenvolvem sistemas políticos democráticos. Além disso, ao reconhecer que o conceito de sustentabilidade é um conceito multidimensional, é também importante ter em conta que este envolve, frequentemente, a resolução de conflitos entre as múltiplas dimensões. Assim, o conceito de sustentabilidade deve ser encarado como um processo e não como um resultado, onde se procura de alguma forma estabelecer valores como equilíbrio, justiça e equidade, a nível social e global. (p.171-172).

Alcançar a sustentabilidade é, fundamentalmente, viver em equilíbrio. E, viver em equilíbrio significa que não se podem gastar recursos naturais desmedidamente e que os bens e a riqueza têm de ser distribuídos irmanamente para que, a nível social, não existam grandes discrepâncias. Completando com ideias de Clammer (2021) alcançar a sustentabilidade é ser capaz de criar um modo de vida em que os nossos hábitos de consumo são limitados pelas capacidades do biosistema e do sistema social, sem que nenhum dos dois entre em declínio. Ou seja, só podemos/devemos consumir aquilo que for necessário para a nossa sobrevivência, sem colocar em causa a natureza e o próximo (p.3).

Além disto, é também importante salientar que a sustentabilidade é um conceito fortemente ligado à passagem do tempo. Como Jesus (2022) demonstra, “A sustentabilidade - fundamentada pela compreensão das consequências ecológicas, sociais e económicas – é

uma característica elementar na discussão e no planeamento do futuro em todas as áreas da vida social.” (Jesus (2021), p. 13). Com isto quer-se dizer que a sustentabilidade é um objetivo projetado a longo prazo, no entanto, são as medidas a curto e médio prazo que o podem alcançar. Assim, as políticas públicas têm uma forte responsabilidade no que toca à conquista e garantia da sustentabilidade como uma ideia global. É função das gerações atuais garantir o futuro das próximas gerações e assegurar a integração do conceito de sustentabilidade (e a harmonização das suas dimensões) nas decisões tomadas em qualquer área de desenvolvimento social. Como Moldavanova afirma: “The question of intergenerational equity constitutes a growing normative concern, and our obligation to future generations requires looking beyond the short-term impacts of current public policies.” (Moldavanova, 2014, p. 172). Por fim, estas ideias levam-nos a crer que a sustentabilidade é uma responsabilidade comum, que deve ser pensada em todas as vertentes da vida para a preservação do futuro.

3.2. Desenvolvimento Sustentável

Posto isto, é imprescindível abordar o conceito de desenvolvimento sustentável tanto por estar, intimamente, conectado com o conceito de sustentabilidade, como por ser a base dos “17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”, da ONU, abordados no capítulo anterior - uma publicação de grande relevância para a temática deste trabalho pois, como se viu, é responsável por moldar as metas do futuro.

Assim, o conceito de desenvolvimento sustentável é definido pela primeira vez, em 1987, naquele que ficou conhecido como Brundtland Report, “Our Common Future”, escrito pela Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Neste documento, desenvolvimento sustentável é descrito como “the development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs” (United Nations, s.d., p.54). Assim, mais uma vez, constata-se como a preservação da qualidade de vida das futuras gerações é dependente da capacidade de as gerações presentes consumirem recursos naturais de um modo moderado e sustentável. Além disto, este conceito pressupõe a manutenção da qualidade de vida dos seres humanos, ou seja, a satisfação das suas necessidades básicas quer materiais, como imateriais, mas também das suas aspirações e objetivos de crescimento social. O Brundtland Report alerta ainda, para o facto de que este conceito deve ser adaptado a todos os países do mundo, independentemente, das suas características - “developed or developing, market-oriented or centrally planned” (United Nations, s.d., p.54). De notar ainda, que o desenvolvimento sustentável pressupõe que o crescimento económico esteja, profundamente, conectado com o desenvolvimento social e com a preservação do ambiente.

3.3. Cultura, O 4º Pilar da Sustentabilidade

Em 2010, o Secretariado Executivo das United Cities and Local Governments (UCLG), aprovou uma declaração política que reconhece a Cultura como o 4º Pilar da Sustentabilidade, no âmbito do 3º Congresso Mundial da UCLG, em concordância com o plano da Agenda 21 da Cultura (United Cities and Local Governments, s.d., p.3). E tal, sucedeu-se porque foi reconhecido que a visão das três dimensões de sustentabilidade não era suficiente para refletir a complexidade da sociedade atual e enfrentar os crescentes problemas associados à deterioração da natureza.

Segundo Hawkes (2001), de entre as múltiplas interpretações do conceito de cultura, destacam-se duas definições que se interligam. Uma afirma que cultura é a produção e transmissão de comportamentos sociais, tais como significados, conhecimentos, valores, memórias, atitudes, crenças, entre outros (p.3). E, a outra, explana que cultura é o modo de vida de um grupo particular de indivíduos logo, incluiu todos os seus traços identitários, como os costumes, as crenças, as tradições, as instituições, etc. (p.3). No entanto, estas definições interligam-se, pois, a cultura é tanto o valores e significados de uma sociedade como o resultado da sua expressão ou seu modo de vida e, conseqüente, transmissão. Assim, pode-se pensar em cultura como o conjunto de valores, crenças e comportamentos sociais que se transmitem por contaminação ou repetição. Ademais, como Hawkes (2001) menciona a cultura engloba todos os aspetos das relações humanas (p.3) - “the family, the education, legal, political and transport systems, the mass media, work practices, welfare programs, leisure pursuits, religion, the built environment...” (Hawkes, 2001, p.3).

A UNESCO, o World Summit on Sustainable Development e inúmeros investigadores apoiaram a integração da Cultura no modelo de desenvolvimento sustentável justificando que “culture ultimately shapes what we mean by development and determines how people act in the world” (United Cities and Local Governments, s.d., p.4) - tornando assim clara a missão da cultura enquanto pilar da sustentabilidade: redesenhar o mundo e a sociedade como os conhecemos, renovando hábitos, pensamentos e estando, altamente, presente nas construção das políticas públicas, nomeadamente, as que se relacionam com as áreas da educação, da ciência, da comunicação, do ambiente, da coesão social e da cooperação internacional (p.4).

Citando United Cities and Local Governments (s.d.), no documento “Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development”:

“The world's cultural challenges are too important for them not to receive an equal amount of attention to that accorded to the original three dimensions of sustainable development (the economy, social equality and environmental balance). This fourth pillar creates solid bridges with the other three dimensions of development and is compatible with each of them.” (United Cities and Local Governments, s.d., p.5).

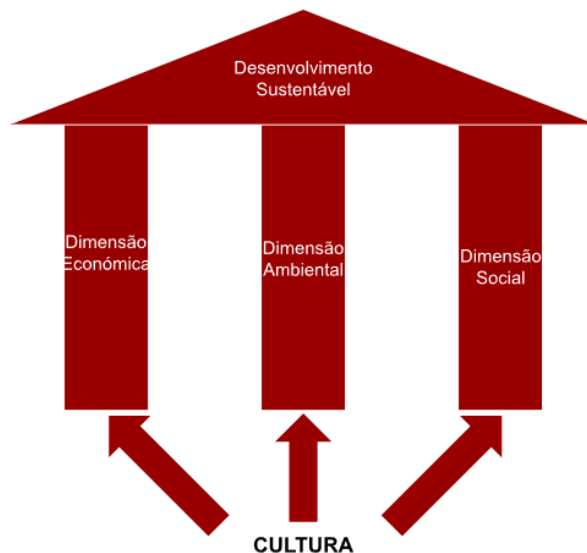


Figura 2: Relação da Cultura com as 3 dimensões do desenvolvimento sustentável

Fonte: Elaborado pela autora através das ideias de United Cities and Local Governments (s.d., 2018)

É por a cultura se ligar com todas as áreas da vida humana que esta é importantíssima para o macro objetivo do desenvolvimento sustentável e é, também por isso, que unifica as três dimensões tradicionais da sustentabilidade. Como tal, precisa de ser integrada no pensamento, atual, sobre o combate às alterações climáticas. Sendo pois, mais que necessário, unificá-la com a construção de políticas públicas, efetivas e duradouras, face à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade não se alcançará apenas através da transição energética, esta é uma transformação social que engloba uma mudança generalizada nas nossas vidas. É preciso ter em conta o enorme nível de desperdício da cultura contemporânea e reconhecer que os nossos hábitos alimentares, de moda e de entretenimento são causadores de altos níveis de consumo de energia e de produção de resíduos. Assim, aquilo que o estado atual do Planeta Terra pede da sociedade contemporânea é uma mudança de hábitos culturais. Fundamentalmente, esta questão é sobre a transição de uma cultura consumista, onde a geração de resíduos e o desperdício são constantes, para uma cultura sustentável, onde prevalecem valores como a igualdade, a comunidade, a reutilização de materiais e a preservação da natureza.

Posto isto, a ideia que se defende é que não bastam políticos, economistas e cientistas para combater a crise climática sendo a Cultura a sua principal aliada, pois, tem a capacidade de mudar a forma como as pessoas pensam, os valores em que acreditam e as imagens do mundo que criam.

3.4. Relação entre Cultura e Sustentabilidade

Segundo Clammer (2021) a idealização de uma cultura sustentável passa por pensarmos formas ecologicamente responsáveis e socialmente justas de distribuir recursos e oportunidades equitativamente, independentemente, de gênero, de raça, de profissão ou de religião. E, de serem construídos modos de atuar que melhorem a vida ao encorajarem realização emocional e psicológica e que promovam a criatividade e a sua expressão (p.4). Assim, culturas sustentáveis são todas aquelas que promovem uma relação harmoniosa entre as próprias e a natureza, não extraindo desta mais do que podem restaurar. Que proporcionam um sentido de unidade e comunidade, local e globalmente, ao rejeitarem qualquer tipo de violência, incentivarem democracia, participação política e práticas económicas ecológicas, que valorizam e fomentam a solidariedade, são culturalmente criativas de forma a melhorar a vida e não negam as condições existenciais da vida humana (pp.4-5).

Como Marcus (2022) explica, a cultura tem o enorme potencial de persuadir a sociedade a agir de um modo mais sustentável. É neste sentido que medidas como os 17 ODS se tornam relevantes pois, se o mundo cultural se organizar para disseminar a sua mensagem então, a cultura pode tornar-se o maior mecanismo de marketing do desenvolvimento sustentável. Além disto, o autor demonstra também que se a cultura for integrada na agenda pós-2030 do desenvolvimento sustentável enquanto área específica de responsabilidade social, então, em teoria, já existem maiores possibilidades de criarmos um mundo mais sustentável (p.27).

3.4.1. Artes e Sustentabilidade

Em concordância com ideias de Gaspar (2021) umas das frentes em que a Cultura pode intervir a favor da sustentabilidade com maior facilidade é através das políticas públicas culturais, nomeadamente, as relacionadas com a criação artística. Isto porque os trabalhos artísticos permitem atribuir novos significados à existência e criar uma linguagem que valorize a vida. A arte faz parte da vida social, gera ligações entre pessoas e grupos, renova perspetivas, sensibiliza os indivíduos, cria imagens, transmite conhecimento sobre o próprio e o outro, e contribui para a criação de um imaginário fundado nas raízes locais e na criatividade coletiva sendo, por todos estes motivos, um forte persuasor e unificador. Uma sociedade culturalmente mais ativa e consciente é também mais sustentável, em todos os sentidos da expressão.

A revisão literária feita torna também possível afirmar que as artes se relacionam com a sustentabilidade através de 7 maneiras distintas: 1) ao serem um mecanismo de mudança de valores e, consequentemente, de comportamentos; 2) ao comunicarem informação complexa de forma simples; 3) por serem um instrumentos de comunicação e disseminação de

informação; 4) ao permitirem a construção de narrativas positivas sobre o futuro; 5) ao moverem as pessoas através de processos empáticos; 6) ao promoverem hábitos de consumo ambientalmente sustentáveis; 7) e ao serem integradas em políticas de desenvolvimento sustentável.

Sobre o ponto 1) Curtis et al (2014) afirma que a arte tem a capacidade de afetar valores, crenças e atitudes e, como tal, os comportamentos dos indivíduos para com o ambiente (p.3). Isto deve-se ao facto de artes ao serem um forte mecanismo de educação, pensamento sobre o mundo e o próprio e permitirem a criação de significados, símbolos, morais e narrativas com as quais o ser humano se pode identificar, influenciado as suas escolhas e comportamentos. Clammer (2021) mostra também que os valores são difíceis de mudar, mas o contexto em que podem se alterados com maior facilidade é através da educação, principalmente, nos primeiros anos de formação social (p.9). As artes são, tradicionalmente, aliadas da educação e assim prova-se mais uma vez como estas esta podem possibilitar a mudança de valores culturais necessária, através da influência que exercem sobre os valores e comportamentos que se promovem e incutem nas pessoas.

Em relação ao ponto 2) Bertaux & Kaleel (2017) defendem que as artes têm o potencial de refletir a complexidade de determinado assunto sem o tornar tão inacessível quanto a linguagem científica, pois têm a capacidade de comunicar mensagens complexas através de mecanismos que apelam às emoções das pessoas. Como tal, as artes representam uma oportunidade-chave para apresentar conteúdo complexo de um modo mais relacionável (p.61). Ou seja, podem servir como um mecanismo de aproximação entre o público e a complexidade das questões sobre a deterioração do ambiente.

Sobre o ponto 3) Curtis et al (2014) afirma que ao trabalhar com ideias e símbolos, as artes desempenham um papel central na comunicação e criação de significados, logo na consciencialização da sociedade (p.3). Sendo também expressa a ideia que de ter conhecimento das consequências das nossas ações é um passo importante para a mudança de atitudes, referida no ponto 1).

Relativamente ao ponto 4) Clammer (2021) afirma que as artes são o principal meio cultural para moldar perceções, criar significados e interagir com o mundo simbolicamente, através da criatividade, da autoexpressão e da criação de espaços para exercer a imaginação. Coletivamente, as artes são uma ferramenta poderosa para redesenhar o mundo, criando narrativas que focalizam a imaginação e a ação em direções inovadoras, que podem estimular as emoções para fins positivos (p-8-9).

É neste sentido que ousa afirmar que as artes podem intervir como um forte mecanismo de reeducação e reformulação da sociedade contemporânea através da transmissão de narrativas positivas sobre o futuro e sobre a sustentabilidade, agindo de modo a mudar valores e perspetivas sobre a vida em sociedade.

Sobre o ponto 5) os autores Bertaux & Kaleel (2017) defendem que os processos empáticos, ou de sensibilização, que a arte promove são um mecanismo capaz de aproximar o público da ideia de sustentabilidade (p.55). Tal como, é defendida a teoria de que é necessário apelar à emocionalidade das pessoas se as queremos envolvidas com as questões de urgência climática. Assim, as artes enquanto ferramenta de aproximação do público à crise climática devem ser vistas como um campo em desenvolvimento. Dado que as mesmas têm a capacidade de criar níveis elaborados de empatia, motivação e envolvimento do público. (p.69).

Quanto ao ponto 6) Gaspar (2021) explica que a criatividade presente nos setores cultural e criativo é um fator importante para o desenvolvimento de políticas culturais orientadas para o desenvolvimento sustentável, dado permitir a projeção de medidas inovadoras, capacitar a sociedade com referências do futuro e facilitar a transição entre o velho e o novo. O que nos leva a crer que as políticas culturais podem intervir a favor da sustentabilidade, enquanto medidas de consciencialização, de sentido de responsabilidade para com a nossa própria qualidade de vida e bem-estar e, enquanto referências para projeção do futuro.

Em relação ao ponto 7) Curtis et al (2014) provam, através da sua investigação, que é importante reconhecer o papel social das artes, ou seja, o modo como auxiliam a criação de um sentido de comunidade e cooperação entre indivíduos, através de projetos participativos; o modo como oferecerem alternativas mais sustentáveis ao consumismo atual; bem como facilitam a construção de estruturas físicas no planeamento urbano mais ecológicas (p.4)

Dado que uma grande parte do nosso quotidiano se relaciona com as artes, quer consciente ou inconscientemente (através da música, do cinema, da dança, da literatura, da moda e dos têxteis, do design, da utilização de objetos artesanais, etc.), é possível entender que as artes são 'irmãs' da sustentabilidade, pois se tornarmos as artes que consumimos sustentáveis, então à partida já vivemos de um modo de mais sustentável. É nesta linha de pensamento, e ação, que se pode argumentar que as próprias atividades culturais necessitam de ser sustentáveis - "A sustainable society depends upon a sustainable culture." (Hawkes, 2001, p.12).

3.5. Estado da Arte – Relação entre Artes Performativas e Sustentabilidade

Neste momento, informa-se o leitor que daqui em diante a pesquisa se centrará apenas na relação das artes performativas com a sustentabilidade. Para construir este enquadramento teórico foram analisados documentos que se dirigem aos setores cultural e criativo, que contém informações que se relacionam diretamente com as artes performativas, e documentos com indicações específicas para a área do Teatro e da Dança. A escolha destes

documentos é definida pelo projeto *A Call For Action*, e pela primeira obra do mesmo, *GAIA*, que será uma peça de dança contemporânea – o projeto será apresentado no capítulo 7.

Por artes performativas entendem-se todas as formas de arte desempenhadas pela ação humana, ao vivo, perante um público, e que podem ser repetidas ou apresentadas mais que uma vez, como Davies (2011), como citado em Fonseca (2019) descreve (p.31). Acrescenta-se a esta definição um reforço ao carácter efémero das artes performativas, ou seja, à característica que as torna bens imateriais, pois não podem ser possuídos, apenas experienciados e vividos num momento específico, o presente - é preciso estar presente para participar nelas. Exemplos destas são: o teatro, a música, a dança, as artes circenses, a ópera, o teatro musical, a performance, entre outras.

Tem sido cada vez mais exposta a perspetiva de que, mais importante que as obras artísticas abordarem temáticas ecológicas, é necessário que a produção e circulação destas expressem preocupações e princípios, igualmente, ecológicos e sustentáveis. Ou seja, são importantes os artistas que abordam temáticas ambientais, no entanto, nunca se deve procurar uma uniformização da criação artística. Assim, para que os setores cultural e criativo possam participar no combate às alterações climáticas, é preciso que estes atualizem os seus métodos de trabalho e encontrem mecanismos que permitam a redução do impacto ambiental das suas atividades. É dentro desta linha de pensamento que nos posicionaremos para entender quais são as estratégias recomendadas às entidades culturais e aos artistas das artes performativas.

A European Commission (2023) refere que os *stakeholders* dos setores cultural e criativo têm procurado saber como as suas atividades contribuem para as alterações climáticas pois, ao descobrirem quais das suas atividades são mais poluentes, podem começar a desenvolver práticas mais sustentáveis e a reduzir o seu impacto ambiental (p.11). Os dados de European Commission (2023) provam que as principais fontes de emissões de gases com efeito estufa, dos sectores cultural e criativo, são: a circulação de artistas e produções artísticas e o uso de energia (pp.21-25).

Em concordância com estes dados é importante mencionar o plano de descarbonização do setor cultural francês que foi desenvolvido por The Shift Project, em 2021, um excelente exemplo das preocupações ambientais dos *stakeholders* da cultura e uma ótima referência quanto a formas pragmáticas e eficazes de descarbonizar os setores cultural e criativo. E, a incontornável publicação *Greening of Creative Europe Programme*, publicada em 2023, pela European Commission, que é um extenso documento dedicado, exclusivamente, ao modo como o governo europeu pretende transformar e utilizar o sector cultural e criativo para alcançar a neutralidade climática até 2050 - através daquilo que é referida como a transição verde. É importante entender que este documento se foca somente no Programa Europa Criativa, que é o “programa de apoio exclusivo dedicado ao setor cultural e criativo, nas suas distintas

vertentes” (S. Machado, entrevista, agosto 7, 2023), da União Europeia. Como tal, neste trabalho será apenas analisado o anexo *Good environmental practices guide for the Creative Europe Programme*, na perspetiva de serem destacadas práticas transversais à atividade cultural, que podem ser aplicados a projetos e organizações culturais em qualquer contexto e não apenas se apoiados pelo programa, no âmbito das artes performativas.

Assim, o The Shift Project (2021) informa-nos que o primeiro, e mais importante, passo para a descarbonização do setor cultural e criativo passa pela capacitação dos trabalhadores da cultura. Como tal, é necessária uma ação educativa alargada baseada na formação de formadores, na criação de currículos de ensino superior cultural que abordem a sustentabilidade, na criação de redes, na partilha de conhecimentos entre equipas pedagógicas sobre estratégias atuais de sustentabilidade, na formação de empregadores e empregados, etc. (pp.6-7).

Depois, são também descritas pelo The Shift Project (2021) 5 ações transformativas para o setor cultural, e que se aplicam, perfeitamente, às atividades das artes performativas:

- 1) Relocalizar as atividades - ou seja, apostar, principalmente, na redução das distâncias percorridas pelas ideias/projetos enquanto, simultaneamente, se aposta no consumo (nas compras, na alimentação, nos transportes, na energia) e na produção locais (p.7). Completando esta indicação European Commission (2023) incentiva também as organizações e os artistas a optarem por bens (comida), serviços (alojamentos) e produtos (materiais) com uma pegada ecológica reduzida e que sejam mais sustentáveis (pp.31-32).
- 2) Reduzir as viagens - ou seja, encurtar o número de viagens feitas pelos artistas, mas alargar a sua duração. Esta medida pode ser encarada como um modo de melhorar a qualidade dos trabalhos e o bem-estar dos artistas. Assim, quando viagens são feitas estas devem ser rentabilizadas através de outras atividades como residências artísticas, workshops, conferências, masterclasses, etc. Além disto, também se propõe repensar as *tours*, principalmente nas artes performativas, e apostar na remontagem de peças com elencos locais, em vez de, no transporte das equipas das produções originais para a apresentação de determinados espetáculos (p.7). A European Commission (2023), reafirma as indicações de The Shift Project (2021), mas diz também que a circulação é uma das funções mais importantes do sector pela possibilidade de partilha de ideias e culturas. Assim, esta atividade não deve ser travada, mas sim repensada, as principais sugestões são: reduzir o número de viagens realizadas; praticar formas de viajar mais sustentáveis, por exemplo através de transportes públicos e substituindo as viagens aéreas por viagens em carris, sempre que possível; e incentivar a prática de viagens mais sustentáveis, não apenas do staff, mas também dos públicos, através de ações informativas (p. 21).

- 3) Reduzir as escalas - ou seja, tem-se assistido a uma crescente necessidade de programar eventos como números de públicos elevados (como por exemplo os festivais de música), no entanto, quanto maior for a dimensão de determinado evento, maiores serão as suas emissões carbónicas. Em contramedida, são propostos eventos mais reduzidos, que privilegiam artistas e públicos locais, em vez de um grande movimento internacional (p.7). Os autores demonstram que é preferível fazer 10 eventos com 28.000 participantes, do que 1 com 280.000, ao serem reduzidas as emissões de CO2 em -16,5% (p.11).
- 4) Eco-Design - ou seja, qualquer figurino, cenografia, adereço ou espetáculo precisa de energia para viver o seu ciclo de vida, assim é necessária a consciencialização do impacto ambiental da sua produção, para que os criadores e as organizações culturais possam tomar escolhas mais ecológicas e sustentáveis para as suas obras e possam materializar as suas ideias de forma mais ecológica (p.8).
- 5) Desistir - “Pour imaginer une culture résiliente, il faut renoncer à certaines pratiques.” (The Shift Project, 2021, p.8). Isto significa que para se criar um setor cultural e criativo sustentável é preciso abdicar de certas práticas/hábitos. Sugiro que a noção de ‘desistir’ seja substituída pela palavra ‘transformar’, ou ‘atualizar’, pois é preciso transformar hábitos antigos em práticas novas, mais atuais. Além disto, reforço que esta última ação se relaciona com todas as descritas, anteriormente, pois repensar a localização das atividades, reduzir as viagens e os consumos, reduzir as escalas e desenhar projetos ecológicos é, à partida, desistir do modo atual de criação e produção artísticas, ou transformar/atualizar o setor cultural e criativo e, conseqüentemente, a criação, produção e circulação de peças performativas.

Além disto, no anexo *Good environmental practices guide for the Creative Europe Programme*, da publicação *Greening of Creative Europe Programme* são referidas também *Five quick wins*, ou seja, 5 estratégias base que qualquer organização, ou projeto, pode implementar no seu *modus operandi* para reduzir o seu impacto climático e ambiental, segundo European Commission (2023, p.9), são elas:

- 1) Desenvolver um compromisso estratégico/político para com o ambiente;
- 2) Criar um plano de ação de acordo com o compromisso ambiental da organização, ou projeto. Este deve ser um documento vivo/mutável e deve ser revisto anualmente;
- 3) Comunicar/disseminar informação sobre as estratégias de compromisso ambiental, gerando conhecimento, através de mecanismo de comunicação internos (e-mails) e externos (redes sociais, *newsletters*, eventos, etc.);
- 4) Participar em eventos sobre as alterações climáticas e o ambiente, com o intuito de partilhar e adquirir conhecimentos;

- 5) Investir na formação do *staff* através de iniciativas relacionadas com o ambiente, como é o caso das sessões informativas do Programa Europa Criativa. Ideia que reforça a necessidade de capacitação do setor referida em The Shift Project (2023, p.6-7).

Em relação aos 2 primeiros tópicos das *Five quick wins*, European Commission et al (2023) desenvolvem ainda mais, dizendo que em termos de política interna é importante que as organizações promovam uma cultura organizacional que suporte a sustentabilidade. Para tal, é sugerido um conjunto de atividades a serem desenvolvidas a curto, médio e longo prazo, que se resumem em: calcular a pegada carbónica da instituição/projeto; desenvolver uma estratégia política ambiental ancorada em princípios de sustentabilidade; desenvolver um plano de ação para a implementação da estratégia ambiental; criar uma *green team*, ou seja, uma equipa que é responsável por todas as atividades ‘verdes’ da organização; munir os trabalhadores de informação atualizada; desenvolver uma estratégia de comunicação de acordo com a estratégia política e de ação; certificar ambientalmente a organização/projeto; e monitorizar e avaliar as atividades para saber se a estratégia política está a ser cumprida (pp. 12-20).

Agora, numa perspetiva de análise totalmente focada nas artes performativas escolhe analisar-se *The Theatre Green Book*, de Buro Happold and Renew Theatre, e a *Green Dance Factsheet*, de Julie’s Bicycle. Isto porque o projeto a ser desenvolvido terá como base a área da dança contemporânea e como o único documento encontrado que promove práticas sustentáveis na produção de espetáculos de dança foi *Green Dance Factsheet*, utilizar-se-á *The Theatre Green Book* como referência, pelas semelhanças existentes entre a criação e produção de espetáculos de teatro e de dança.

O *The Theatre Green Book* é um livro de Buro Happold and Renew Theatre, ou um guia, que consolida a investigação levada a cabo por diversos criadores de teatro e pioneiros da sustentabilidade de modo a propor estratégias para a criação de peças de teatro mais sustentáveis e ecológicas. Assim, Buro Happold and Renew Theatre (2021) sugerem que as adaptações necessárias nos próximos anos, às alterações climáticas, não sejam vistas como uma restrição, mas sim como uma oportunidade dinâmica para reinventar o teatro (p.13).

Assim, o “The Theatre Green Book” tem como *moto* aquele que parece ser o pensamento base por trás de qualquer criação artística sustentável:

“Do more with less.

Use more reused components and recycled materials.

If it has to be new, think where it comes from.

Reduce harmful chemicals.

Reduce travel. Reduce deliveries.

Make sure everything gets used again.” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 10).

Buro Happold and Renew Theatre (2021) definem também um conjunto de três princípios bases para a criação de produções mais sustentáveis, são eles:

1 → “Sustainable Working” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 14), que inclui: idealizar criações sustentáveis, de raiz, para que toda a equipa possa trabalhar para alcançar a visão da peça de maneira sustentável; planejar orçamentos e calendários que permitam reuniões, o trabalho colaborativo e a comunicação; o uso de diferentes materiais e processos como a criação de inventários do material existente, o uso de calculadoras de carbono e a escolha de processos de criação ou compra de novos materiais que sigam diretrizes sustentáveis, como dar nova vida a materiais já existentes através da reutilização, reciclagem ou reaproveitamento; reduções nas viagens e no uso de transportadoras, bem como a priorização de transportes públicos, férreos e elétricos (p.14).

2 → “The Materials Hierarchy” - “Everything in a truly sustainable show will have had a previous life. Everything will be used again. That creates a ‘circular economy’.” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 14). Ou seja, todos os materiais utilizados na criação e produção de um espetáculo devem ter uma vida prévia e serem pensadas formas de os voltar a utilizar depois. Para tal, é necessário começar por desenhar um plano dos materiais necessários. Buro Happold and Renew Theatre (2021) construíram também uma hierarquia entre materiais que é representada na Figura 4 (p.14).

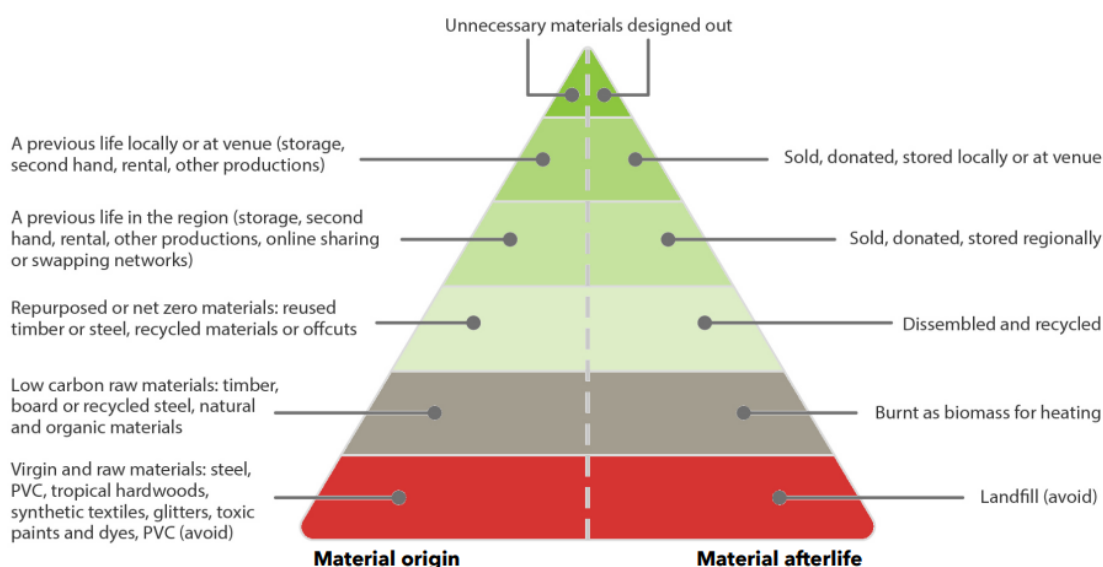


Figura 3: Hierarquia de materiais

Fonte: Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p.14

3 → “Carbon Calculators and Materials Inventories” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 14) portanto, o uso de calculadoras de carbono e criação de inventários de material.

É sabido que a implementação de calculadoras de carbono nas instituições será demorada porque é preciso formar pessoal para as usar, mas os inventários de material já são um bom princípio (p.14).

Além disto, Buro Happold and Renew Theatre (2021) demonstram que produzir um espetáculo sustentável implica (pp.15-16):

- Um esforço coletivo e colaborativo, onde a discussão de ideias e a procura de soluções mais eficazes deve ser constante;
- Mais tempo, e tanto os calendários como os orçamentos devem ter isso em conta, dado que trabalhar com menos recursos implica ser mais inventivo;
- Que a sustentabilidade tem de estar em mente no momento da conceção da ideia do espetáculo;
- Que tem de existir flexibilidade para alterações ao plano de trabalho a qualquer momento, dado que alternativas mais sustentáveis podem ser encontradas;
- E que “productions don’t end at the final curtain” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 16) e, portanto, é preciso pensar o que acontecerá com todos os materiais em palco, ou utilizados na produção de um espetáculo.

Regressando aos orçamentos, é preciso ter em conta que estes também sofrerão alterações ao alinharem-se com uma linha de trabalho, ambientalmente, sustentável. Assim, as mudanças previstas por Buro Happold and Renew Theatre (2021) implicam o investimento de mais tempo no processo de criação dos espetáculos, sendo também relevante ter em conta que optar pela construção de cenários e figurinos mais sustentáveis pode ter um custo mais elevado e ser mais demorado, mas, por outro lado, ao serem escolhidos materiais em segunda mão ou ao reutilizar materiais existentes em arquivo/armazém os custos podem ser reduzidos (p.17).

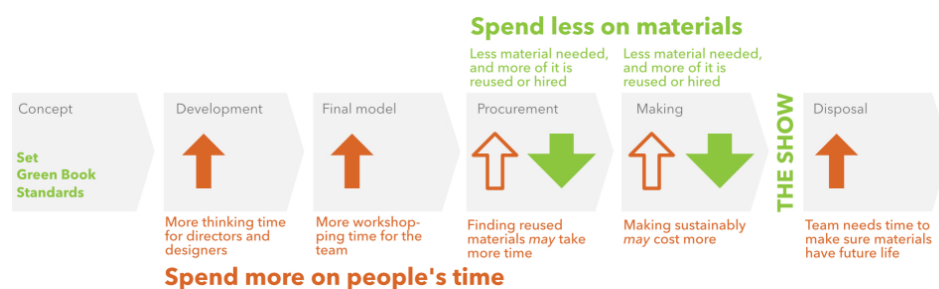


Figura 4: Como planejar orçamentos em prol da sustentabilidade nas produções de espetáculos

Fonte: Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p.18

Posto isto, enumerarei alguns princípios base a ter em conta na construção de um espetáculo:

Cenários e Adereços

Segundo Buro Happold and Renew Theatre (2021) o principal objetivo é eliminar o uso de matérias-primas, reduzir os transportes e construir cenários e adereços que não prejudiquem o ambiente (pp.19-21).

Para o concretizar é preciso: minimizar a quantidade de materiais necessários através de planeamento prévio; reutilizar e reciclar materiais; quando não for possível reutilizar e reciclar materiais, recorrer a materiais de fonte sustentável; avaliar o impacto dos materiais utilizados; evitar produtos tóxicos como colas, tintas, poliestireno, PVC, aço não reciclado e madeiras tropicais; construir os cenários modelarmente, e/ou com estruturas possíveis de serem desmontadas, para que possam ser reaproveitados com maior facilidade; optar por compras locais sempre que possível; e tentar evitar as compras de última hora ou de um único objeto que venha de longa distância (pp.19-21).

Por fim, pensar sempre que os cenários e os adereços deverão ser reaproveitados quer em futuras produções, quer através de doações ou vendas ao público.

Figurinos, Maquilhagem e Cabelos

Segundo Buro Happold and Renew Theatre (2021) o principal objetivo é a construção de figurinos de modo sustentável e com materiais orgânicos, e o uso de produtos com origem sustentável e que não danifiquem o ambiente para a maquilhagem e cabelos (p.22).

Para que tal aconteça deve-se: sempre que possível, reciclar ou reutilizar figurinos existentes; comprar peças de roupa e tecidos em segunda mão; evitar, ao máximo, a compra de produtos de *fast fashion*; garantir que os figurinos criados são armazenados, doados ou vendidos em segunda-mão, em vez de deitados fora; dar preferência a materiais orgânicos; evitar o uso de produtos tóxicos ou prejudiciais para o ambiente no cabelo e na maquilhagem como glitter, corantes sintéticos e produtos que contenham parabenos e triclosan; utilizar cosméticos que sejam creditados com o *ecolabel* da UE, Ecocert, COSMOS, ou outro semelhante, e que venham em embalagens recicláveis, compostáveis ou reutilizáveis (p.22).

Som, Luzes e Audiovisuais

Infelizmente, como Buro Happold and Renew Theatre (2021) demonstram o trabalho de som, luzes e audiovisual é a área que mais contribui para a pegada carbónica de uma produção apresentada num teatro. O consumo de energia é uma constante mesmo quando os equipamentos são deixados em *standby*. Além disso, crescem-se as viagens que são necessárias para encomendar ou alugar material e, o uso de materiais poluentes na constituição dos equipamentos (p.23).

Assim, algumas dicas a ter em mente para reduzir o impacto destas atividades são: minimizar o equipamento necessário para os espetáculos; utilizar luz natural, quando possível; utilizar equipamento disponível nos teatros e partilhá-lo com outras apresentações; criar rotinas de ligar e desligar equipamentos energéticos, quando possível; tentar alargar ao máximo a longevidade dos materiais disponíveis e tentar repará-los, em vez de substituí-los; tentar reduzir a quantidade de entregas necessárias e dar preferência a métodos de entrega *low carbon* (p.24).

Posto isto, os autores desenvolverem um plano standardizado que permite às produções saber como agir. Este plano divide-se em três categorias: “Baseline”, “Intermediate” e “Advanced”, e como os próprios nome indicam estas são categorias são progressivas. Cada plano é dividido nas seguintes etapas: “Invitation, Production Agreement, Team, Sustainability Champion, Budget & Schedule, Concept, Development, Evaluation, Making, Technical, Costumes, Review, Disposal, Outdoors, Touring” (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p. 27). E estas etapas são acompanhadas por indicações do que deve ser feito e por quem deve ser feito, ou seja, pelos “Producers, Directors and Designers, Production Managers, Production Staff, Makers, Suppliers” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 28).

Por fim, é importante destacar destas etapas criadas por Buro Happold and Renew Theatre (2021), o “Green Production Agreement”, realizado logo após o convite à equipa, que consiste num acordo que toda a equipa assina, comprometendo-se a trabalhar do modo mais sustentável e ecológico possível (p.33); o “Green Concept Meeting”, realizado durante a criação do conceito do espetáculo e que se resume numa reunião para discutir ideias e planear formas sustentáveis de concretizar o projeto; o “Green Card Meeting”, realizado na etapa seguinte, de desenvolvimento da ideia, que é uma reunião onde se confirma e revê se o conceito criado está de acordo com práticas de sustentabilidade e, se cria uma lista das ações e decisões tomadas; e a “Post-show Evaluation”, uma etapa que pode ficar esquecida mas que é crucial, ou seja, uma reunião de avaliação após o espetáculo para analisar o que funcionou e o que não funcionou, ajudando a equipa a encontrar novas alternativas e a melhorar o seu trabalho, recolhendo dados e partilhando-os (p.42).

Além desta publicação, a *Green Dance Factsheet*, publicada em 2013, pelo projeto pioneiro *Julie’s Bicycle*, fundado em 2007, pela indústria musical do Reino Unido, expressa também algumas recomendações importantes de ter em conta.

Assim, na publicação de *Julie’s Bicycle* (2013), em concordância com por European Commission (2023) e Buro Happold and Renew Theatre (2021), surge de novo a noção de que as principais ações a tomar são:

- 1) Medir as emissões de carbono das organizações, e projetos de dança, e conduzir avaliações periódicas destas (p.1);

- 2) Assegurar que toda a equipa está envolvida e apoia as iniciativas de sustentabilidade da organização/projeto. Isto deve ser conseguido através da criação de uma Política Ambiental e de um Plano de Ação que estabelece objetivos e métodos de avaliação dos mesmos. Tanto a Política Ambiental e o Plano de Ação têm de ser do conhecimento do *staff* e dos *stakeholders* da organização/projeto (p.1);
- 3) E comunicar ao *staff*, aos artistas, ao público e aos *stakeholders* que: 1 - o ambiente é uma prioridade; 2 - que se é transparente quanto aos impactos ambientais da nossa atividade; 3 - o que se está a fazer para os reduzir. Esta comunicação pode e deve ser feita de forma criativa e participativa (p.1).

Posto isto, resumem-se algumas estratégias de Julie's Bicycle (2013) para a criação de produções de dança 'verdes', que reforçam ideias de European Commission (2023) e Buro Happold & Renew Theatre (2021), são elas (p.3):

- Envolver toda a equipa na criação de uma linguagem ambientalmente sustentável, apoiada por uma "green production policy" (Julie's Bicycle, 2013, p.3) ou "Green Production Agreement" (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p.33).
- Encontrar maneiras de reutilizar, reaproveitar, reciclar ou doar cenários, adereços, figurinos e materiais;
- Ser consciente do uso energético durante o tempo de ensaios, de montagens e de espetáculos;
- Desenhar desenhos de luz, energeticamente, eficientes;
- Usar materiais sustentáveis na construção de cenários, adereços e figurinos;
- Reciclar os materiais usados depois do/s espetáculo/s;
- Comunicar com os públicos e encorajá-los a transformar os seus hábitos em opções mais sustentáveis, como viajar de transportes públicos até às apresentações.

E, terminando, são também partilhadas por Julie's Bicycle (2013) algumas medidas para implementar quando em *tour* (p.4):

- Otimizar os itinerários, minimizar a distância das viagens e evitar viagens para a realização de um único espetáculo (tentar complementar as viagens com mais atividades será também positivo em termos de orçamento e do bem-estar das equipas);
- Incluir cláusulas 'verdes' nos contratos estabelecidos como, por exemplo, a existência de espaços para reciclagem no *backstage*, que as alimentações tenham origem local, sejam sazonais e, se a equipa concordar, vegetarianas/veganais;
- Reduzir a necessidade de transportar material, ou seja, apostar em cenários que podem ser reproduzidos localmente ou criar designs que ocupem pouco espaço e sejam fáceis de transportar;

- Optar por meios de transportes mais ecológicos, e sempre que possível viajar por linha férrea;
- Reservar estadias em hotéis com creditação 'verde' ou optar por acomodações partilhadas em Airbnb;
- Encorajar os públicos a deslocarem-se de modo ecológico para as atividades, ou seja, em transportes públicos, de bicicleta ou partilhando boleias.

Todos estes diferentes estudos parecem coincidir nas suas sugestões, completando-se uns aos outros, no entanto, a sua menção é necessária por serem a base das decisões de criação de conceito e planeamento do projeto final deste trabalho.

CAPÍTULO 4

Metodologia

Este capítulo pretende clarificar a abordagem metodológica que sustenta a investigação levada a cabo e enquadrar os próximos capítulos.

4.1. Perguntas de pesquisa e mapa conceptual

Assim, esta investigação nasceu de dois grandes problemas/necessidades:

- 1) Como pode a arte aliar-se à problemática ambiental?
- 2) Como posso eu, uma artista individual, facilitar essa relação?

Problemáticas que levaram à construção da seguinte pergunta: Como pode um artista individual, das artes performativas, financiar um projeto sobre sustentabilidade, em Portugal? Tornando-se esta, a pergunta orientadora de toda a investigação e dos métodos de recolha e análise de dados.

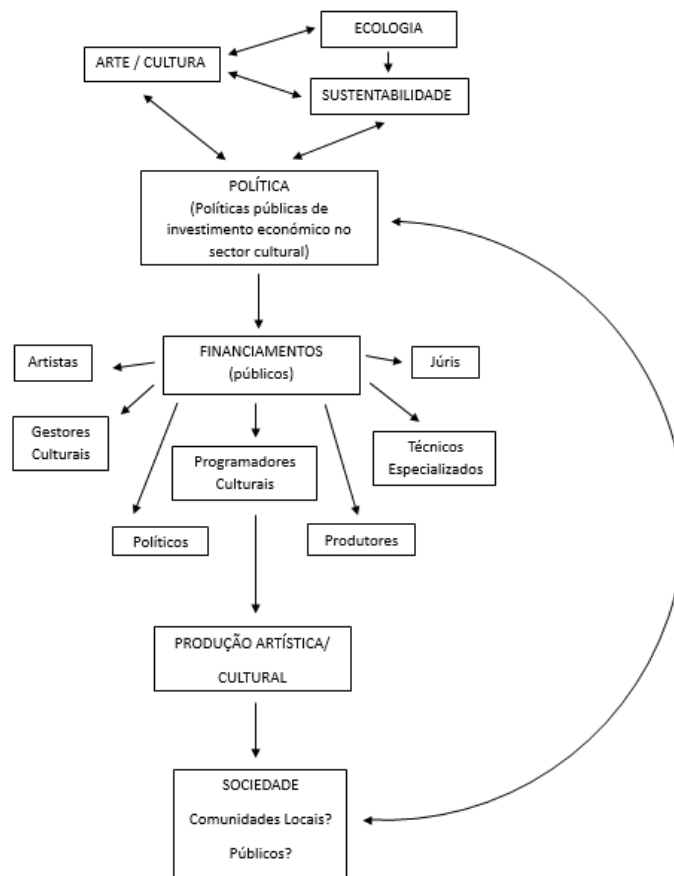


Figura 5: Mapa Conceptual da Investigação

Fonte: Elaborado pela autora

Do mapa conceptual surgiram 2 campos de temáticos de investigação, balizados pelas seguintes perguntas:

- 1) Que relação existe entre a cultura e a sustentabilidade? – Sendo esta pergunta respondida no capítulo 3. Cultura e Sustentabilidade.
- 2) Que relação existe em política, sustentabilidade e cultura? - Sendo esta pergunta respondida no do capítulo 5. Modelos de financiamento público dos setores cultural e Criativo, na Europa e em Portugal.

4.2. Abordagem Metodológica

Para responder às perguntas levantadas foram selecionados métodos de investigação qualitativa com o objetivo de compreender, integralmente, as relações do ecossistema em foco: arte/cultura, sustentabilidade e financiamentos públicos. É de ter em conta que a investigação levada a cabo pressupõe consolidar conhecimentos para o planeamento e financiamento de um projeto de dança contemporânea relacionado com a problemática ambiental, com o objetivo de se candidatar a financiamento público.

Além disto, clarifica-se que o campo geográfico da análise é Portugal, mas também a União Europeia. Essencialmente, pelos seguintes motivos:

- 1) não existe literatura dedicada à relação das artes performativas com a sustentabilidade no contexto português;
- 2) as prioridades políticas da União Europeia servem de diretrizes para as prioridades políticas em Portugal, e como tal, refletem-se nas prioridades políticas do governo português;
- 3) a União Europeia está, declaradamente, investida em promover um modo de vida sustentável e encara a Cultura como o 4º pilar da Sustentabilidade;
- 4) a União Europeia tem publicações dedicadas à relação dos setores cultural e criativo com a sustentabilidade, bem como existem medidas que o refletem no programa de financiamento público, Europa Criativa.

Sendo assim utilizadas as medidas da União Europeia como referência para o contexto português e para o projeto desenvolvido.

Deste modo, foi realizada a leitura de várias fontes bibliográficas que incluíram artigos, dissertações de mestrados e de doutoramentos, e outras fontes como publicações de origem política, publicações dedicadas às artes com indicações para a transformação do setor cultural e criativo num setor mais ‘verde’, livros, entre outras.

Como complemento à revisão literária foram realizadas 4 entrevistas. As entrevistas são de carácter semiestruturado e são compostas por perguntas de desenvolvimento. Os

testemunhos recolhidos são de informantes privilegiados do setor cultural e criativo. Todos os guiões de entrevista são diferentes e adaptados às características profissionais de cada um dos entrevistados, estes podem ser consultados nos Anexos A, B, C e D. Informa-se também que as entrevistas permitem a compreensão de 2 campos de análises distintos: financiamentos públicos do setor cultural e criativo, em Portugal; e os financiamentos públicos do setor cultural e criativo, na União Europeia.

O principal objetivo das entrevistas foi ouvir um conjunto de perspetivas diferentes sobre o mesmo tópico, para conseguir ter uma visão o mais completa possível do contexto nacional e internacional dos quadros de financiamento público, e da relação que estabelecem com a questão da sustentabilidade.

Inicialmente estavam programadas mais entrevistas, no entanto, nem todas as respostas foram positivas, ficando a amostragem reduzida aos elementos acima mencionados.

Informa-se também o leitor que as questões relacionadas com a pesquisa sobre os financiamentos públicos dos setores cultural e criativo, no âmbito da União Europeia e de Portugal, serão abordadas no próximo capítulo pois a compreensão dos resultados da pesquisa, pressupõe o entendimento de conceitos e características relacionados com os programas de financiamento da cultura. Assim, com o objetivo de facilitar o fio condutor da leitura optou-se por colocar o enquadramento teórico dos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo, após a abordagem metodológica, e junto do capítulo dos resultados.

Sobre perspetivas em relação aos financiamentos públicos do setor cultural e criativo, em Portugal, ou seja, linhas de apoio da Direção-Geral das Artes foram entrevistados Carlos Levezinho e Andreia Carneiro. Em relação aos financiamentos públicos do setor cultural e criativo, na União Europeia, Programa Europa Criativa foram entrevistadas Carolina Mano Marques e Sara Machado.

Andreia Carneiro é Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Teatro e Cinema e da Escola Superior de Dança na área de Produção de espetáculos. Trabalha em produção na área das artes performativas e coordena o projeto Produtores Emergentes.

A entrevista com a Andreia Carneiro foi conduzida no sentido de entender a realidade de quem se candidata aos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo portugueses. Bem como, auscultar a sua opinião pessoal e experiência profissional, enquanto produtora, sobre a relação entre a cultura e a sustentabilidade.

Carlos Levezinho foi Técnico Superior de Apoio às Artes, integrando Comissões de Avaliação dos Programas de Apoios às Artes da Direção-Geral das Artes, do Ministério da Cultura. Atualmente, é Investigador no Doutoramento de Sociologia, do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

A entrevista com Carlos Levezinho foi conduzida com o objetivo de entender o modo como as políticas da DGARTES se relacionam com a sustentabilidade e de auscultar a sua

experiência profissional enquanto júri dos programas de apoio às artes da DGARTES (de modo a encontrar estratégias para a construção de uma candidatura o mais concisa possível).

Carolina Mano Marques é, atualmente, Responsável pelos Projetos Europeus da Culturgest. Tendo coordenado o projeto de cooperação europeu ACT – Art Climate Transition, que integrava os temas da ecologia, das alterações climáticas e da transição social justa.

A entrevista com Carolina Mano Marques teve como objetivo compreender a realidade quem se candidata aos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo, no âmbito do Programa Europa Criativa, e auscultar o exemplo prático de um projeto europeu que conciliava as artes performativas e as problemáticas ambientais.

Sara Machado é Responsável pelas *vertentes Cultura e Transectorial*, do *Programa Europa Criativa*, no *Desk* Português, fazendo o acompanhamento das candidaturas portuguesas e estabelecendo a ponte com a União Europeia.

No caso de Sara Machado, a entrevista foi realizada com o intuito de compreender como as prioridades políticas da UE se refletem nos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo, Programa Europa Criativa. E, de perceber as estruturas das candidaturas deste programa (de modo a encontrar estratégias para a construção de uma candidatura o mais concisa possível).

Ainda que os guiões de entrevista sejam diferentes, adaptados às características profissionais e conhecimentos de cada entrevistado, destacam-se 3 dimensões analíticas comuns. São elas: 1) relação entre cultura e sustentabilidade, no âmbito da União Europeia, mais especificamente programa Europa Criativa, e no âmbito do setor cultural português, mais especificamente programas de apoio da DGARTES; 2) processo e características das candidaturas aos apoios mencionados; 3) potencial da cultura e do setor cultural enquanto ferramenta de transição ecológica.

Todos os convidados foram contactados para realizar a entrevista por e-mail, sendo após resposta positiva enviado o guião. As entrevistas realizadas contam com o consentimento informado de cada entrevistado e seguem os critérios éticos de proteção de dados da Regra Geral de Proteção de Dados.

Todas as entrevistas foram realizadas mediante software via online, sendo gravadas e depois transcritas para fichas que permitiram a análise do conteúdo das respostas.

Análise dos modelos de financiamento público dos setores cultural e criativo, na União Europeia e em Portugal

Neste capítulo serão analisadas, de forma sucinta, as oportunidades de financiamento público existentes para os setores cultural e criativo, da União Europeia e de Portugal. Por financiamento público entende-se “(...) an amount of money given by public authorities to a person, company or organisation for certain activities.” (Creatives Unite, 2023, p.11) - ou seja, todos os subsídios e apoios cedidos por autoridades públicas a pessoas ou organizações para a realização de determinado tipo de atividades. O objetivo desta análise é entender como as preocupações com o ambiente influenciam as políticas públicas de financiamento para a cultura e, na sucessão, que oportunidades de financiamento é que se geram para um projeto de dança com valores sustentáveis. Assim, é feita uma primeira análise às estratégias de financiamento para artes da UE, sendo depois seguida pela análise das estratégias de financiamento do Estado Português, nomeadamente, através dos mecanismos da Direção-Geral das Artes.

Assim, de acordo com Creatives Unite (2023) é preciso ter em conta que os financiamentos públicos (p.13):

- Correspondem um montante de dinheiro que será fornecido a uma pessoa ou organização para a concretização de atividades;
- Estão associados aos objetivos políticos e prioridades da autoridade que os financiam;
- Logo, as atividades que são propostas nas candidaturas dos financiamentos têm de colocar em prática os objetivos políticos e as prioridades da autoridade que os financia;
- Têm concursos altamente competitivos;
- Geralmente, estão associados a processos demorados e, por vezes, com atrasos;
- E ambicionam retorno social, para as entidades que os financiam, a partir dos projetos financiados.

5.1. Modelo de financiamento público aos setores cultural e criativo, na União Europeia

No âmbito da União Europeia, o *Programa Europa Criativa* é o principal programa de apoio financeiro público dedicado ao setor cultural e criativo. E este programa divide-se em três vertentes, ou subprogramas: 1) *Vertente Media*; 2) *Vertente Cultura* e 3) *Vertente Transectorial*. De um modo geral, este programa tem como foco a criação, a cooperação e a

circulação de projetos entre os Estados-Membros da União Europeia, bem como a afirmação do valor acrescentado europeu.

O valor acrescentado europeu é um conceito de extrema importância, no âmbito dos programas de financiamento da União Europeia. Como Cipriano (2023) explica o valor acrescentado europeu traduz-se para ‘pensar europeu’, ou seja, pensar o que é que determinado projeto irá acrescentar ao panorama europeu e de que modo é que irá afirmar as ‘bandeiras’ europeias. Ou, por outras palavras, como Sara Machado nos explica em entrevista, consiste em fazer as seguintes perguntas: “Porque é que este projeto tem de ser feito? Ou: Porque é que este projeto é importante? E, noutra camada: Porque é que este projeto tem de ser europeu para ter o impacto que pretendemos que tenha? (...) Porque é que a Comissão Europeia há de investir neste projeto? Porque, de facto, contribui de alguma forma para aquilo que a União Europeia quer implementar.” (S. Machado, entrevista, agosto 11, 2023).

Vertente Media

A *Vertente Media* alberga as linhas de financiamento destinadas ao setor do cinema e audiovisual, plataformas digitais, videojogos e conteúdos imersivos.

Vertente Cultura

A *Vertente Cultura* abrange as linhas de financiamento destinadas a “todos os sectores da cultura e da criatividade (com exceção dos sectores audiovisual e cinematográfico)” (Europa Criativa, s.d.).

Esta é também a única vertente que se qualifica como potencial financiamento do tipo de projetos em estudo neste trabalho, como tal, será a única sobre a qual será feita uma análise mais detalhada.

Vertente Transectorial

A *Vertente Transectorial* encarrega-se das linhas de financiamento que apostam na colaboração entre diversos setores criativos e abrange ainda os meios de comunicação social.

O atual programa compromete-se a reforçar a diversidade cultural, a combater os desafios do sector cultural e criativo e a promover que o sector se torne mais ecológico, digital, resiliente e inclusivo. Sendo, de especial interesse para a tese em questão, o facto de o programa se comprometer com as principais prioridades da Comissão Europeia - “o Pacto Ecológico, a inclusão e a igualdade entre os géneros” (Europa Criativa, s.d.).

5.2. Modelo de financiamento público aos setores cultural e criativo, em Portugal

No caso português, o principal organismo de apoio às artes é a Direção-Geral das Artes cujo propósito é coordenar e executar políticas de apoio às artes, incentivar a criação, produção e difusão artísticas e apoiar a internacionalização dos criadores, produtores e outros agentes culturais portugueses (Direção-Geral das Artes, s.d.). Assim, esta entidade desempenha um papel fulcral na estabilidade, consolidação e renovação do setor cultural e criativo em Portugal.

Em consonância, com as políticas da UE que vimos promoverem temas como a sustentabilidade, a inclusão social, o progresso tecnológico e igualdade de género, o atual regime de atribuição de apoios financeiros às artes visuais e performativas do Estado português também se compromete a “responder à necessidade de consolidação de forma sustentável das estruturas artísticas, assumindo-se como um instrumento de ação fundamental para uma política de sustentabilidade, investimento, inovação, transição digital, igualdade de género, promoção da diversidade étnica e cultural, preservação ambiental, inclusão e coesão sociais e territoriais” (Direção-Geral das Artes, s.d.).

Assim, no preâmbulo do Decreto-Lei nº47/2021, de 11 de junho, que alterou o regime de atribuição de apoios financeiros do Estado português às artes visuais e performativas, é possível identificar um claro compromisso para com a sustentabilidade, a preservação ambiental e a mitigação dos efeitos das alterações climáticas:

“O XXII Governo Constitucional comprometeu-se a promover políticas de sustentabilidade, investimento, inovação, igualdade de género e maior representação e participação étnico-raciais, preservação ambiental e mitigação dos efeitos das alterações climáticas, e inclusão e coesão sociais e territoriais, pelo que, para o concretizar, deve, nomeadamente, organizar, tornar estruturado e sustentável o investimento do Estado para o desenvolvimento das artes.” (Ministério da Cultura, 2021).

Posto isto, os apoios às artes performativas e visuais da DGARTES dividem-se em três tipologias de apoio, com as suas respetivas características: 1) *Programa de apoio a projetos*, 2) *Programa de apoio sustentado*, 3) *Programa de apoio em parceria*.

Programa de apoio a projetos

De acordo com o Ministério da Cultura (2021), as linhas de financiamento deste programa destinam-se a uma atividade ou projeto isolado, com ocorrência pontual, intermitente ou a um conjunto de atividade com a duração máxima de 18 meses (p.101);

Programa de apoio sustentado

As linhas de financiamento deste programa destinam-se a “entidades que de alguma maneira já têm um trabalho continuado, digamos, sustentado” (C. Levezinho, entrevista, agosto 17, 2023). E, de acordo com Ministério da Cultura (2021), têm a característica de se dividirem em duas modalidades: bienal e quadrienal, ou seja, os projetos contemplados devem programar uma duração de 2 anos ou 4 anos e podem ser renovados (pp. 100-101).

Programa de apoio em parceria

De acordo com Ministério da Cultura (2021), as linhas de financiamento deste programa destinam-se a parcerias estabelecidas entre a DGARTES e pessoas coletivas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, com o propósito de implementar ações ou projetos que concretizem os objetivos dos apoios às artes.

Como exemplo, no ano de 2023, os programas de apoio em parceria planeados foram “Arte e Democracia” e “Arte e Coesão Territorial” (Silva et al, 2023).

CAPÍTULO 6

Resultados

Este capítulo pretende apresentar de forma sucinta os resultados do cruzamento da revisão literária com o conteúdo das entrevistas levadas a cabo. Como demonstrado nas metodologias existem 3 dimensões analíticas que balizam os guiões de entrevista, pois são as mesmas dimensões analíticas que orientam os objetivos da pesquisa. Assim os resultados serão apresentados consoantes essas mesmas dimensões. Lembra-se que são: 1) relação entre cultura e sustentabilidade, no âmbito da União Europeia, mais especificamente programa Europa Criativa, e no âmbito do setor cultural português, mais especificamente programas de apoio da DGARTES; 2) processo e características das candidaturas aos apoios mencionados; 3) potencial da cultura e do setor cultural enquanto ferramenta da transição ecológica.

Deixa-se a nota de que as conclusões das entrevistas estão muito em sintonia com os resultados da revisão literária, como tal, a descrição dos resultados pretende ser breve, precisa e evitar a repetição exaustiva de conceitos já abordados.

Também de salientar que os resultados apresentados pretendem já encaminhar a estruturação do projeto *A Call For Action* descrito no próximo capítulo.

6.1. Reflexo da relação entre cultura e sustentabilidade nos financiamentos públicos dos setores cultural e criativo

Como Curtis et al (2014) referem, muito mais que ser um sacrifício, viver de forma sustentável no planeta Terra pode melhorar a qualidade de vida e o bem-estar de cada um (p.1). As artes têm o poder de tornar este novo modo de vida atrativo e, como tal, os autores recomendam que existam aumentos nos fundos para projetos de arte ambiental, tanto por parte de programas de financiamento de recurso naturais como de programas dedicados às artes, ligando assim as alterações climáticas à criação, produção e programação artísticas (p.11).

Assim, é verdade que se detetam alguns indícios positivos nos programas de financiamento público relacionados com a sustentabilidade. Estes indícios não se depreendem com aumentos nos fundos como Curtis et al (2014) sugerem, mas, sim, com adaptações nas prioridades dos programas, nos formulários de candidatura e na abertura de apoios pontuais com preocupações ambientais.

No caso do *Programa Europa Criativa*, o modo de relacionamento com as políticas de sustentabilidade é, principalmente, expresso através das prioridades ou dos objetivos transversais dos programas, designados de *cross-cutting issues* (European Education and

Culture Executive Agency, 2023, p.6) e estes correspondem às prioridades políticas da UE que as linhas de financiamento pretendem apoiar.

Além destes, foi também introduzida uma pergunta nos formulários de candidatura que questiona os candidatos sobre as suas estratégias face à questão da sustentabilidade. Em conformidade com o testemunho de S. Machado (entrevista, agosto 7, 2023), esta é uma questão transversal a todas as linhas de financiamento da Europa Criativa e, por isso, na Figura 6 é possível identificar essa mesma pergunta.

1.4 Environment and sustainability

Environment and sustainability (n/a for 'European Film Distribution' and 'European Film Sales', 'Journalism Partnership', 'Media literacy' and 'Defending media freedom and pluralism') Describe the strategies to ensure a more sustainable and environmentally-respectful industry.
Insert text

Figura 6: Captação de parte de formulário de candidatura de *Films on the Move* (CREA-MEDIA-2024-FILMOVE), pergunta 1.4

Fonte: European Commission, & Funding & tender opportunities, 2023,

<https://tinyurl.com/2f84nuwh>

Consultado a 11 de outubro de 2023

Passando a citar Sara Machado, em relação à obrigatoriedade de responder à pergunta exposta na Figura 6:

“(…) no fundo, o objetivo é que esta preocupação com a questão da sustentabilidade, da transição climática, da pegada ecológica e tudo mais, seja algo que nos é intrínseco, ou seja, que a tenhamos em conta quando estamos a trabalhar, seja na área cultural, seja numa outra qualquer, mas trabalhando em cultura, que isto não seja algo alheado. E, no fundo, isto é a União Europeia e as instituições europeias a obrigar-nos a ter essa preocupação muito presente, até que deixe de ser algo que tenhamos de pensar. Até que passe a ser algo que está lá de forma orgânica e de forma natural, e não seja algo que tenha de ser trabalhado e repensado, tal como está a ser agora. (...) Há ainda muitas perguntas a serem respondidas, mas no fundo, como *bottom line* o que vemos é uma proximidade, uma presença maior ou um contributo maior dos agentes culturais e das entidades culturais e criativas e profissionais, no trabalho de sensibilizar sobre importância destas questões e, de como é que os nossos projetos, quando os desenhamos e quando os implementamos, como é que podemos ter essas preocupações ambientais no seu desenho e na sua implementação. (...) E isto, uma vez mais, é reclamar o contributo dos operadores culturais, é reclamar o contributo dos artistas neste objetivo tão macro que a União Europeia estabeleceu até 2050.” (S. Machado, entrevista, agosto 7, 2023).

Já no caso dos financiamentos da DGARTES, as medidas de relação não são tão claras, no entanto é possível encontrar alguns vestígios destas através da divulgação de material informativo sobre o tópico no site da DGARTES, na aba *Sustentabilidade nas Artes*; através do *Programa de Apoio em Parceria Arte e Ambiente*, que será abordado abaixo; e do apoio ao estudo *Práticas ecológicas e sustentáveis nas artes performativas em Portugal*, levado a cabo por Vânia Rodrigues, e apoiado pela DGARTES.

O *Programa de Apoio em Parceria Arte e Ambiente*, promovido pela DGARTES, foi um programa que ocorreu, exclusivamente, no ano de 2021 - data da alteração do regime de atribuição de apoios financeiros do Estado português às artes visuais e performativas. E, promoveu a implementação de projetos artísticos que apoiassem a sustentabilidade ambiental e contribuíssem para uma transição climática justa e equitativa.

Destaca-se este programa porque, para além de ter sido uma iniciativa bastante pertinente e promissora, é o programa que mais se assemelha ao tipo de apoio procurado pelo projeto apresentado no capítulo 7. *A Call For Action*. Identifico esta iniciativa como promissora porque é importante incentivar a participação dos setores cultural e criativo na transição climática e, os financiamentos são ótimas medidas para alertar o setor da importância de determinadas temáticas e levar os artistas e as organizações culturais a pensar formas de se posicionarem perante elas e agir.

No entanto, a ausência de continuidade do programa, ainda que compreensível porque o propósito dos apoios em parceria é a abordar diversas prioridades políticas e, para que tal aconteça é necessária alternância entre as parcerias estabelecidas, evidencia um obstáculo de programas como este: o facto de serem pontuais. Algo que, no extenso guia *Gala Funding and Resources Guide: A selection of funding opportunities and resources for Arts and Culture projects related to environmental sustainability*, é identificado como um dos maiores desafios dos programas de arte e sustentabilidade - ou seja, facto de serem “one-off initiatives” (Gracia, 2020, p.12).

Por último, apresentam-se 2 quadros síntese que conciliam, de acordo com os testemunhos dos entrevistados, o modo como as preocupações com o ambiente e a sustentabilidade se refletem nos programas de financiamento público dos setores cultural e criativo.

Quadro 1: Testemunho de C. Mano Marques e S. Machado sobre como as preocupações com o ambiente se refletem no *Programa Europa Criativa*

Fonte: Elaborado pela autora

Carolina Mano Marques	Sara Machado
- Identifica que preocupações como o ambiente no setor cultural e criativo se repetem, e cada vez mais, sendo um exemplo disso é o estudo <i>Greening of Creative Europe</i>; - Além disto, a nível dos programas da Europa Criativa, o ambiente é considerado um <i>cross-cutting issue</i>, o que significa que “qualquer projeto, em qualquer vertente (...) esse aspeto tem que ser tido em conta (...)” (C. Mano Marques, entrevista, agosto 1, 2023);	- A sustentabilidade “(...) ao ser uma prioridade política, ao ser uma bandeira da União Europeia, na verdade, somos todos chamados a contribuir e intervir, e a cultura não é exceção. E isso está cada vez mais visível no plano de ação da União Europeia e, nomeadamente, nos programas europeus, como a Europa criativa.” (S. Machado, entrevista, agosto 11, 2023). - E afirma que um reflexo do ponto acima é a existência de uma pergunta transversal a todos as linhas de financiamento sobre como os projetos contribuem para a sustentabilidade.

Quadro 2: Testemunho de C. Levezinho e A. Carneiro sobre como as preocupações com o ambiente se refletem nos financiamentos públicos da cultura, em Portugal

Fonte: Elaborado pela autora

Carlos Levezinho	Andreia Carneiro*
- De acordo com Carlos, a relação é estabelecida de através: 1) da presença de 2 temas fundamentais nas linhas de financiamento da DGARTES: inclusão social e questões territoriais (onde entram as questões ambientais) nos programas de apoios – e estas questões têm de ser abordadas por todos os candidatos;	- Encara as preocupações como sendo poucas e, meramente, estatísticas. Sendo o propósito, o enquadramento nas obrigações da União Europeia e não a mudanças dos modos de produção artística em Portugal; - Isto porque: “(...) sabemos que para mudar uma estrutura ou para mudar a forma de funcionar de uma estrutura, com

2) do <i>Programa de Apoio em Parceria Arte e Ambiente</i> , da DGARTES.	estas perspetivas da sustentabilidade, é preciso um investimento financeiro, mais que não seja inicial. E eu acho que nós não temos ainda uma estrutura de financiamento público que consiga suportar isso e que dê resposta às estruturas.” (A. Carneiro, entrevista, setembro 15, 2023)
3) do apoio, da DGARTES, ao estudo de Vânia Rodrigues <i>Práticas Ecológicas e Sustentáveis nas Artes Performativas em Portugal</i> .	(A. Carneiro refere-se também outros mecanismos de financiamento público, como as câmaras municipais.)

*Nota: A Andreia Carneiro foi também colocada uma questão relativa à relação dos financiamentos privados com as preocupações ambientais, de modo a complementar a visão sobre os financiamentos às artes existentes em Portugal. Conclusões importantes de retirar são: em Portugal, os financiamentos privados tentam dar respostas ao que os públicos não conseguem e, por isso, nestes existe a presença de preocupações ambientais nos regulamentos, ou condições de candidatura, mas não nas avaliações dos projetos, ainda.

6.2. Processos de candidatura aos programas de financiamento públicos *Europa Criativa* e da Direção-Geral das Artes

Neste subcapítulo pretende-se detetar as principais dificuldades dos processos de candidatura a financiamento públicos do setor cultural e criativo, procurando conhecê-los e projetar estratégias que permitam o planeamento de candidaturas mais propícias a receberem apoio financeiro.

Quadro 3: Comparação entre as dificuldades expressas pelos entrevistados nas candidaturas ao *Programa Europa Criativa* e aos apoios da Direção-Geral das Artes

Fonte: Elaborado pela autora

<i>Programa Europa Criativa</i>	Direção-Geral das Artes
- É preciso muito tempo para as fazer; - São muito complexas, o que pressupõe que a sua preparação seja antecipada;	- O elevado número de concorrentes; - O desenho das candidaturas e a forma como são apresentadas, “eu falo mesmo

- A linguagem é específica, o que não a torna evidente em muitos casos; - O valor acrescentado europeu/a dimensão europeia; - A própria escrita → incluir algum <i>storytelling</i>, ser claro, e apresentar todos os acrónimos pedidos. - A obrigatoriedade de parcerias entre organizações de Estados-membro que, consequentemente, acarreta a dificuldade de conciliar as agendas de todos os envolvidos para a construção das candidaturas; - Número elevado de concorrentes – “Por exemplo, na categoria a que nós concorremos, costumam concorrer 350 projetos para receberem apoio e são selecionados 9, nesta categoria de grande escala, e este ano concorreram 800.” (C. Mano Marques, entrevista, agosto 1, 2023); - A noção de que a probabilidade de se conseguir apoio é muito reduzida (e o nível de esforço associado ao preenchimento das candidaturas é elevado) /gerir a frustração.	da questão do português, a clareza nos parâmetros de avaliação, a clareza nas perguntas, a clareza naquilo que se quer, efetivamente, naquela candidatura” (A. Carneiro, entrevista, setembro 15, 2023); - O facto de a plataforma de registo das candidaturas apresentar problemas de funcionamento 2, 3 dias antes da entrega, por causa do número elevado de utilizadores. - O incumprimento de prazos na divulgação dos resultados; - A falta de meios para realizar as candidaturas, ou seja, C. Levezinho (entrevista, 17 agosto, 2023) explica que se encontram candidaturas em que o responsável pela conceção artística é o mesmo que desenvolve o projeto de gestão, o que origina projetos de gestão fracos. Assim, nasce a noção que é importante ter uma equipa, mesmo que pequena, designada para as atividades de produção como o concurso a financiamentos; - A grande taxa de dependência dos candidatos no apoio da DGARTES; - A pouca taxa de sucesso na questão relacionada com a comunicação/disseminação do projeto; - A fraca resposta à questão relacionada com as estratégias de acessibilidade social do projeto, ou aquilo que em termos de
--	--

	gestão pode ser considerada a responsabilidade social dos projetos.
--	---

Apesar de referentes a realidades distintas as dificuldades encontradas parecem ser coincidentes e permitem definir as seguintes indicações: as candidaturas devem ser preparadas com antecedência pela sua complexidade, muitas vezes associada a dificuldades de compreensão da linguagem utilizada; além disto, é importante valorizar os planos de gestão, o que implica ter uma pessoa/ou equipa designada para esse efeito, criar planos de comunicação e disseminação dos projetos eficazes e ser consciente da responsabilidade social dos mesmos; ter um modo de escrita cuidado que inclua algum *storytelling* mas seja claro a transmitir as ideias; e, ter a noção que a taxa de sucesso é muito reduzida, dado ao número elevado de candidatos, sem deixar que isso afete o processo de candidatura.

Ainda sobre o *Programa Europa Criativa*, existe uma obrigatoriedade, também referida como uma dificuldade, merecedora de ser abordada de forma distinta, que é a necessidade de estabelecer parcerias entre estados-membros da UE, em quase todas as linhas de financiamento do *Programa Europa Criativa*, à exceção da linha *Culture Moves Europe* que se destina à mobilidade individual.

C. Mano Marques e S. Machado referem algumas ideias importantes sobre estas, tais como: que este é um processo demorado e por isso “(...) todo o tempo que nós conseguimos investir em estabelecer parcerias acaba por ser um tempo muito bem investido.” (S. Machado, entrevista, agosto 11, 2023); que “(...) todos os contactos que nós fazemos podem ser parcerias importantes um dia” (C. Mano Marques, entrevista, agosto 1, 2023); que o estabelecimento de parcerias é um dos principais obstáculos referido pelas organizações portuguesas, facto que pode estar associado à localização de Portugal na Europa; que é necessária uma postura proativa, ou seja, ir em busca de parceiros, estar recetivo e dar-nos a conhecer; e que as várias formas de estabelecer parcerias são cumulativas e é importante apostar em várias estratégias.

Assim, as estratégias referidas para encontrar e estabelecer parcerias são:

- 1) Começar pelo círculo próximo de contactos – amigos, colegas e profissionais que sabemos estarem envolvidos em projetos europeus;
- 2) Recorrer aos mecanismos dos *desks*¹ da *Europa Criativa* – a divulgação de projetos que procuram parceiros nos sites dos *desks*; as sessões de *matchmaking* que promovem; a solicitação de divulgação do nosso interesse em encontrar parceiros, etc.;

¹ Delegações da Europa Criativa existentes nos Estados-membro da UE, responsáveis por promover o programa e informar e apoiar as entidades que pretendem recorrer às linhas de financiamento.

- 3) A participação nas *European Networks* – plataformas europeias que permitem estar em contacto com entidades que partilham, de certa forma, nossos interesses e/ou objetivos. A entrada nestas redes implica algum investimento, por exemplo *membership* ou viagens para participar nas atividades;
- 4) Bolsas de mobilidade – como a *Culture Moves Europe*;
- 5) Tentar entrar nos circuitos internacionais através de contacto direto, mas também via projetos online;
- 6) Antes de oficializar as parcerias propor atividades experimentais, para se entender se os modos de trabalho são compatíveis.

É importante referir que estas ideias são também úteis para a criação de contactos, nacionais e internacionais, e para a construção de redes de trabalho.

De seguida, descrevem-se os critérios de avaliação dos formulários de candidatura do programa Europa Criativa e dos apoios da DGARTES, através dos testemunhos dos entrevistados

Quadro 4: Comparação entre os critérios de avaliação de uma candidatura da *Europa Criativa* e dos apoios da DGARTES, através dos testemunhos dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora

<i>Programa Europa Criativa</i>	Direção-Geral das Artes
- Relevância do projeto → a relevância do projeto face às prioridades políticas da UE ou, por outras palavras, dos objetivos do programa. - Qualidade das atividades do projeto → descrição das atividades que se vão realizar, porquê e como. - Gestão do projeto → gestão da equipa, do projeto e orçamental, ou seja, justificar onde vai ser investido o dinheiro solicitado. - Disseminação do projeto → como será comunicado/dissemidado o projeto, qual é o seu público, como vai ser alcançado, como se vai dar visibilidade à UE a partir do projeto e que tipo de visibilidade.	- Projeto artístico → descrição do projeto e da equipa. - Projeto de gestão/Viabilidade e visibilidade do projeto → gestão da equipa, do projeto e orçamental, ou seja, justificar onde vai ser investido o dinheiro solicitado. - Objetivos de interesse público → esta seção divide-se em objetivos de interesse público e objetivos artísticos/culturais. Para cada área de objetivos é necessário escolher entre 2 a 4, dos apresentados pelo programa, e depois é preciso justificar a sua escolha e como vão ser executados ano projeto.

Mais uma vez, ainda que referentes a realidades diferentes os dados da tabela permitem cruzar alguns pontos comuns. Ou seja, os grandes temas de avaliação das candidaturas são: o conceito artístico do projeto e a sua qualidade; a adequação das propostas às prioridades políticas base dos programas (que no caso do *Europa Criativa* se ausculta na relevância do projeto e nos apoios da DGARTES nos objetivos de interesse público); e a gestão dos próprios projetos.

Em relação à pertinência dos projetos é muito importante ter em conta que as linhas de financiamento público explanam, sempre, os interesses, as estratégias e os objetivos políticos dos seus financiadores, que neste caso específico são o governo da União Europeia e o governo português. Como tal, é importante estar a par destes porque, ao tomar a decisão de concorrer a financiamento públicos, é preciso ter em conta que estes vão assentar em temáticas que refletem as prioridades políticas da UE e, conseqüentemente, dos seus Estados-Membro. Bem como, serão abordadas as mesmas temáticas nas candidaturas e terão de ser assinalados, e justificados, quais os objetivos do plano de ação da UE, ou do Estado português, presentes nos projetos candidatos a apoio financeiro. É, por isso, necessário pensar e estruturar projetos que possam, de algum modo, levar avante as prioridades políticas destes governos (como por exemplo: a sustentabilidade, a inclusão social e o desenvolvimento tecnológico) através de atividades concretizáveis. É também crucial estar informado sobre novas publicações, avanços e alterações nas estratégias de ação da UE, bem como conhecer os regulamentos e os modelos de candidatura dos programas de financiamento a que determinada organização, projeto ou artista individual se pretende candidatar. Assim, sugiro que o primeiro passo de qualquer candidatura a um apoio público seja a compreensão das prioridades políticas desta, para que depois seja possível entender como a ideia se relaciona, ou pode relacionar, com as mesmas. Só se deverá avançar para o planeamento da candidatura, caso se confirme a compatibilidade entre o projeto e as diretrizes do programa de apoio. Pois, só assim será possível construir um plano de gestão que sustente o conceito artístico e o torna pertinente, e até mesmo imprescindível, para os avaliadores das candidaturas. Além disto, é preciso ter em mente que, no caso dos financiamentos públicos, como existem muitos projetos a concurso, não se pode descorar a pertinência dos projetos.

Os entrevistados foram também questionados sobre que ideias são importantes de ter em mente para construir uma candidatura apelativa do ponto de vista dos júris. Assim as respostas permitem destacar um conjunto de características transversais, ao *Programa Europa Criativa* e aos apoios da DGARTES. São elas: escrever de forma clara, responder diretamente às perguntas, não transmitir ideias vagas e evitar ‘chavões’.

S. Machado partilha também uma sugestão referente às candidaturas da *Europa Criativa*, mas que apresentarei como uma característica transversal: “não dar nada por assumido” (S. Machado, entrevista, agosto 11, 2023). Ou seja, não deixar de explicar alguma informação

porque a achamos óbvia, nem apresentar informação em *hiperlinks*. Ter em conta que os júris são *experts* a nível cultural, mas não têm de conhecer tudo sobre todas as áreas artísticas. No caso internacional, acrescenta ainda o facto de que algo que é óbvio para uma pessoa que trabalha no setor cultural em Portugal pode não ser óbvio para alguém que trabalha na Noruega, em França, em Bruxelas, etc.

Assim na tabela abaixo faz-se uma comparação as dicas que foram partilhadas sobre o *Programa Europa Criativa* e os apoios da DGARTES.

Quadro 5: Comparação entre sugestões para a criação de candidaturas apelativas, para os avaliadores dos financiamentos públicos da *Europa Criativa* e da DGARTES, de acordo com os testemunhos das entrevistas

Fonte: Elaborado pela autora

<i>Programa Europa Criativa</i>	Direção-Geral das Artes
- Propor projetos transdisciplinares, ou seja, que relacionam a área artística com outros setores e que tocam nas prioridades da UE (ex.: questões ambientais, sociais, saúde mental, etc.); - Apresentar projetos/estratégias de comunicação eficazes – “o projeto em si pode ser muito bom, mas se ele não tiver visibilidade, não vai ser apoiado.” (C. Mano Marques, entrevista, agosto 1, 2023); - Demonstrar que a relação entre parceiros é única e deve ser, exatamente, aquela “porque é que são estes parceiros e não outros” (C. Mano Marques, entrevista, agosto 1, 2023);	- Na secção de projeto de gestão, apresentar todos os documentos solicitados (mesmo quando não são obrigatórios); - Demonstrar preocupações com a continuidade do projeto e com as condições laborais da equipa; - Pensar projetos que se relacionem com as prioridades do Estado português, ou seja, os 2 pilares: inclusão social e questões territoriais; - Não descuidar a componente de gestão do projeto e ter a noção que “sendo o dinheiro público, é dinheiro de todos nós e é dinheiro que tem de ser justificado! Portanto, todo aquele orçamento que as pessoas, realmente, estão a fazer e depois o dinheiro que podem vir a ganhar com aquela candidatura, se ela for apoiada, é dinheiro a que tem de ser justificado como deve ser e tem de ser aplicado com consciência. E essa consciência aparece na altura do orçamento, não aparece só na altura da construção do

	projeto artístico.” (A. Carneiro, entrevista, setembro 9, 2023).
--	--

6.2.1. *Financing Mix*

As oportunidades de financiamento referidas acima acabam por parecer redutoras e, como se viu, é também verdade que a sua obtenção é difícil devido ao nível elevado de concorrentes, cujas tendências demonstram aumentar de ano para ano, e aos critérios de avaliação, que nem sempre conseguem ser bem respondidos nas candidaturas, mesmo com muitos anos de prática.

Assim, Gracia (2020) aconselha a procura de outras formas de financiamento, além de programas públicos, que relacionam arte e sustentabilidade. Referindo que é bom considerar opções de financiamento intersectoriais, transdisciplinares e de fundações privadas. Pois, não é por uma linha de apoios não se referir, especificamente, a questões artísticas e ambientais, que o projeto não poderá ser elegível para apoio (p.15).

É neste contexto que se releva importante planear o *financing mix* de determinado projeto. Que como o Creatives Unite (2023) explica são as várias formas de financiamento necessárias para a concretização de determinado projeto. É vantajoso fazer este planeamento porque permite não depender de um único financiador (p.2) - uma característica que C. Levezinho encara como positiva durante a sua avaliação a candidaturas para apoio na DGARTES (entrevista, agosto 17, 2023).

Além disto, o Creatives Unite (2023) explica ainda que tendo várias fontes de financiamento é também mais fácil de convencer outros financiadores a aderir às nossas ideias (p.2). Noção confirmada pelo testemunho de Levezinho.

Para pensar o *financing mix* é necessário começar por responder à pergunta “Why do I need money?” (Creatives Unite, 2023, p.2), ou seja, é importante colocar as atividades e ambições do projeto no centro do planeamento das estratégias de financiamento do mesmo pois, só assim será possível encontrar o financiamento certo. E pensar sempre em “What can I mean to financiers?”, em vez de, “What can I get from my financier?” (Creatives Unite, 2023, p.2).

Assim, no contexto deste projeto outras modalidades de financiamento a ter em conta são:

- Financiamento privado dedicado às artes em Portugal → linhas de financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian (especificamente: Apoio à Criação Artística - Artes Performativas, Artes Visuais e Cinema) e Fundação GDA (especificamente: concursos de apoio - Espetáculos de Teatro e Dança e Circulação de Espetáculos);

- Empréstimos → apoios fornecidos por bancos que visam o retorno do dinheiro, no entanto, são difíceis de obter porque as atividades culturais são encaradas como investimentos de risco por estas organizações (exemplo: Millennium FEI Sectores Culturais e Criativos);
- *Crowdfunding* → angariação de dinheiro através de doações em plataformas de *crowdfunding* (por exemplo: PPL e GoFundMe);
- Apoios Municipais → são também apoios públicos, neste caso proveniente das autoridades municipais, e são bastante relevantes pelo interesse que os municípios, por vezes, demonstram em apoiar artistas e projetos locais;
- Filantropia e Mecenato → apoio financeiro fornecido por indivíduos ou organizações (exemplo: fundações) com o objetivo de retorno social;
- Patrocínios → os patrocínios podem nem sempre ser apoios financeiros e, geralmente, envolvem algum tipo de retribuição, como por exemplo a publicitação do patrocínio.

6.3. Potencial dos setores cultural e criativo enquanto ferramenta da transição ecológica

Neste ponto as opiniões dos entrevistados são muito concisas e reforçam a revisão literária feita. Assim, sobre o potencial dos setores cultural e criativo enquanto ferramenta da transição ecológica as seguintes considerações:

Os artistas individuais e as pequenas companhias, associações, projetos, etc. podem e devem fazer o que qualquer indivíduo pode: tomar escolhas conscientes, reduzir a sua pegada carbónica e ter práticas de consumo reduzidas. Sendo que, no caso das organizações é também importante definir políticas ambientais e planos de ação concretos e envolver toda a equipa nestas. Ou seja, é importante que se motive a mudança de hábitos de trabalho do setor.

Existe também um alerta para a necessidade de capacitação do setor cultural e criativo português por parte de C. Levezinho (entrevista, 17 agosto, 2023) e A. Carneiro (entrevista, setembro 9, 2023). Ambos afirmam que para que práticas ecológicas e sustentáveis sejam a norma nos setores cultural e criativo, em Portugal, é primeiro necessária uma ação de formação e capacitação dos artistas, dos criadores, dos programadores, dos técnicos da DGARTES e das comissões de avaliação, é preciso envolver a academia e os investigadores, e é preciso também (talvez nas faculdades) formar os próximos trabalhadores do setor já neste sentido. The Shift Project (2021) e European Commissione et al (2023) defendem também que a capacitação do setor é a primeira, e mais importante medida, para se ver uma transição ecológica nos setores cultural e criativo.

A. Carneiro (entrevista, setembro 9, 2023) é também muito clara a afirmar que, antes de as pequenas estruturas aderirem a políticas de sustentabilidade, é crucial que as grandes estruturas, que têm uma capacidade orçamental maior, reclamem os princípios de sustentabilidade para o seu trabalho. Pois, é também claro, que no caso das artes performativas, produções sustentáveis são também produções mais longas e dispendiosas, como expresso em Buro Happold and Renew Theatre (2021). Assim, para que as mudanças no setor possam acontecer de um modo orgânico e em cadeia, é necessária a criação de medidas de referência, ou seja, entidades que se assumam como agentes da mudança.

O testemunho de C. Mano Marques (entrevista, agosto 1, 2023) sobre a importância de organizações culturais, principalmente as de grande dimensão como a Culturgest, aderirem a projetos com preocupações ecológicas e de sustentabilidade, reforça a perspetiva de A. Carneiro. C. Mano Marques explica-nos que esta importância se reflete em três escalas:

Escala local

- ➔ Prova que é possível criar programações completamente alinhadas com valores ecológicos e sustentáveis;
- ➔ Permite dar maior visibilidade a estas questões, tanto perante o público como perante o restante setor;
- ➔ E, o facto de existir apoio da *Europa Criativa*, capacita as entidades com um orçamento que possibilita expor uma maior variedade de artistas.

Escala nacional

- ➔ Prova que quando há investimento nas causas certas também há efeitos, pois o setor cultural e criativo começa a transformar-se e a preocupar-se, cada vez mais, com as questões ambientais e de justiça social;
- ➔ E por isso, as entidades podem tornar-se referências para as políticas públicas e para as restantes entidades do setor, incentivando a ação por exemplo.

Escala internacional

- ➔ O apoio da *Europa Criativa* permite dar visibilidade internacional às entidades portuguesas;
- ➔ Permite a construção de parcerias internacionais;
- ➔ Em termos diplomáticos, dá provas da competência da liderança portuguesa.

Portanto, é claro que o potencial da cultura para a transição ecológica é enorme. O cruzamento de ideias permite detetar que as artes podem servir a sustentabilidade ao: 1) servirem como mecanismo de mudança de valores e, consequentemente, de comportamentos e hábitos; 2) comunicarem informação complexa de modos mais simples e compreensíveis;

3) serem um meio de comunicação de informação e, conseqüentemente, de construção de conhecimento; 4) permitirem a imaginação e construção de novas narrativas positivas sobre o futuro sustentável da humanidade; 5) tocarem emocionalmente as pessoas através de processos empáticos e as incentivarem a refletir sobre as suas ações levando-as, idealmente, a mudá-las; 6) serem integradas na idealização de políticas culturais que promovem o desenvolvimento sustentável através, por exemplo, de linhas de financiamentos e do planejamento urbano; 7) fomentarem o sentido de comunidade e cooperação entre indivíduos por meio de projetos artísticos comunitários; 8) e promoverem hábitos de consumo ambientalmente mais sustentáveis.

Para tal, as entidades e artistas das artes performativas precisam de: 1) apostar na capacitação dos seus intervenientes; 2) de criar políticas ambientais e planos de ação que as concretizem, especialmente as entidades de grande escala; 3) relocar as suas atividades, encurtar e reduzir as viagens e apostar no consumo local; 4) optar por ter hábitos de consumo ecológicos e incentivar os seus intervenientes a transportar esses hábitos para o seu dia-a-dia; 5) apostar em *eco-design*; 6) medir a sua pegada ambiental através do uso de calculadoras de carbono e inventários de material; 7) ter consciência que as produções não terminam com o fechar das cortinas e, por isso, o trabalho pós-espetáculo é extremamente importante; 8) e incentivar/sensibilizar os públicos a ter práticas mais ambientais.

CAPÍTULO 7

A Call For Action

Em suma, neste capítulo será proposta a criação de *A Call For Action* um projeto que liga as artes performativas e a sustentabilidade e, cujo objetivo é concorrer a financiamento público.

Antes de começar a descrição da proposta de projeto *A Call For Action*, é importante referir que este será criado por uma artista individual, o que limita à partida as linhas de financiamento a que poderá ser candidato. Pois, como já foi mencionado o *Programa Europa Criativa* destina-se, maioritariamente, a entidades. E, sendo a autora uma artista emergente, ainda mais limitadas ficam as opções, pois no âmbito dos apoios das DGARTES apenas poderá concorrer à modalidade de Apoios a Projetos ou Apoios em Parceria.

No entanto, a investigação feita sobre programas de financiamento público permite pensar um plano de trabalho a longo prazo, com o objetivo de expansão das atividades da autora e de internacionalização das mesmas.

Por agora, o foco assenta na oportunidade de começar a desenvolver os seus próprios trabalhos enquanto criadora e intérprete de dança contemporânea, numa linha de trabalho com valores e metas sustentáveis. Assim, o objetivo neste momento é conseguir angariar fundos para a realização de uma peça de dança e iniciar pesquisa artística sobre o tema desta tese - relação artes performativas e sustentabilidade.

A recente divulgação dos avisos de aberturas dos programas de apoio da DGARTES, para 2024, vem reforçar e confirmar a ideia defendida na investigação - de que as prioridades políticas se refletem nos programas de financiamento público, sendo a presença da sustentabilidade recorrente. Assim, de entre os programas divulgados aquele que se alinha com esta temática é o Programa de Apoio a Projetos - Procedimento simplificado, ao incluir o seguinte objetivo de interesse público cultural: “d. Fomentar a sustentabilidade ambiental e a implementação de boas práticas ecológicas nos domínios artísticos” (Direção-Geral das Artes, 2023). Outra mais-valia desta tipologia de programas é como C. Levezinhos (entrevista, 17 agosto, 2023) explica, estes funcionarem como porta de entrada a entidades e artistas em início de profissionalização/emergentes nos concursos de financiamento público cultural.

Partindo desta informação, será feita a descrição do projeto e do seu plano de gestão, programando-se já a candidatura ao apoio mencionado.

7.1. Conceito de *A Call For Action*

Assim, *A Call For Action* pretende ser um conjunto de iniciativas, de artes performativas, que ocorrem ciclicamente e cujo objetivo é incitar, tal como o nome indica, à ação. Ou seja, o objetivo é produzir uma obra artística, anualmente, em redor da qual surgirão workshops,

conferências, conversas com o público, entre outras atividades que se sintam apropriadas, sempre com a premissa de promover a ação climática e a participação artística do público, estimulando mudanças nos hábitos culturais e de consumo de todos os participantes - artistas, entidades culturais e públicos.

Através das suas atividades *A Call For Action* pretende também dar tanto destaque aos processos criativos, como aos resultados desses. Filosoficamente, é muito importante criar esta consciência nos trabalhadores envolvidos e nos públicos que os processos são tão, ou mais, importantes que os resultados. Uma ideia que reflete as dificuldades da sociedade contemporânea - os níveis de sobreprodução e consumismo, o crescente individualismo, os crescentes conflitos políticos, a crescente escassez de recursos naturais e as crescentes desigualdades sociais. Assim, pela sensibilização este projeto espera afetar os valores e hábitos daqueles que contatarem com ele. Para isto, será importante criar um bom mecanismo de divulgação dos processos criativos bem como envolver o público nestes.

Outros princípios importantes desta iniciativa são: a ideia de que justiça climática não existe sem justiça social e, por isso, a inclusão e a acessibilidade sociais têm de estar na base de todas as atividades; a intenção de promover um sentido de comunidade; e que todas as atividades devem ser desenvolvidas do modo mais sustentável possível (ambiental, social e economicamente).

Com base nas literaturas, *A Call For Action* pretende situar-se em dois dos campos de ação que Curtis et al (2014) descreve no seu modelo de influência de comportamentos ambientais através das artes, são eles: a comunicação e disseminação de informação relacionada com a sustentabilidade e a criação de empatia para com a natureza, através dos trabalhos desenvolvidos.

Além disto, *A Call For Action* compromete-se a trabalhar de acordo com as diretrizes de “The Theatre Green Book”:

“Do more with less.

Use more reused components and recycled materials.

If it has to be new, think where it comes from.

Reduce harmful chemicals.

Reduce travel. Reduce deliveries.

Make sure everything gets used again.” (Buro Happold and Renew Theatre, 2021, p. 10).

Partindo destas ideias, *A Call For Action* pretende criar um sistema contínuo de produção, ou seja, todas as novas peças criadas devem ser uma reciclagem do trabalho que as antecede, em termos materiais e/ou em termos conceptuais. Com isto, pretende-se explorar como é possível alargar a vida de um produto artístico, perceber se pode ser inesgotável, e implementar nas equipas dos projetos de *A Call For Action* a noção de que é necessário construir produções que não se esgotam após a sua estreia ou período de circulação. As

questões são: como podemos tornar o material artístico que produzimos num organismo vivo e é possível criar produtos artístico que, de certa forma, não se esgotam? Assim, pretende-se que as ideias de reciclagem e reutilização sejam um conceito fortemente enraizado na cultura de *A Call For Action* e promovido nos trabalhadores, entidades parceiras e público.

A primeira criação de *A Call For Action* será *GAIA*, de Beatriz Lourenço, bailarina e coreógrafa. Apesar de Beatriz ser também a fundadora de *Call For Action*, não se pressupõe que todas as criações do projeto sejam da sua autoria. O objetivo é, no futuro, convidar outros artistas para participarem em *A Call For Action*, possibilitando assim a pluralidade de linguagens artísticas.

Simultaneamente, é também objetivo a continuação de investigação sobre o tópico e a publicação de resultados e conclusões que acompanhem os processos criativos.

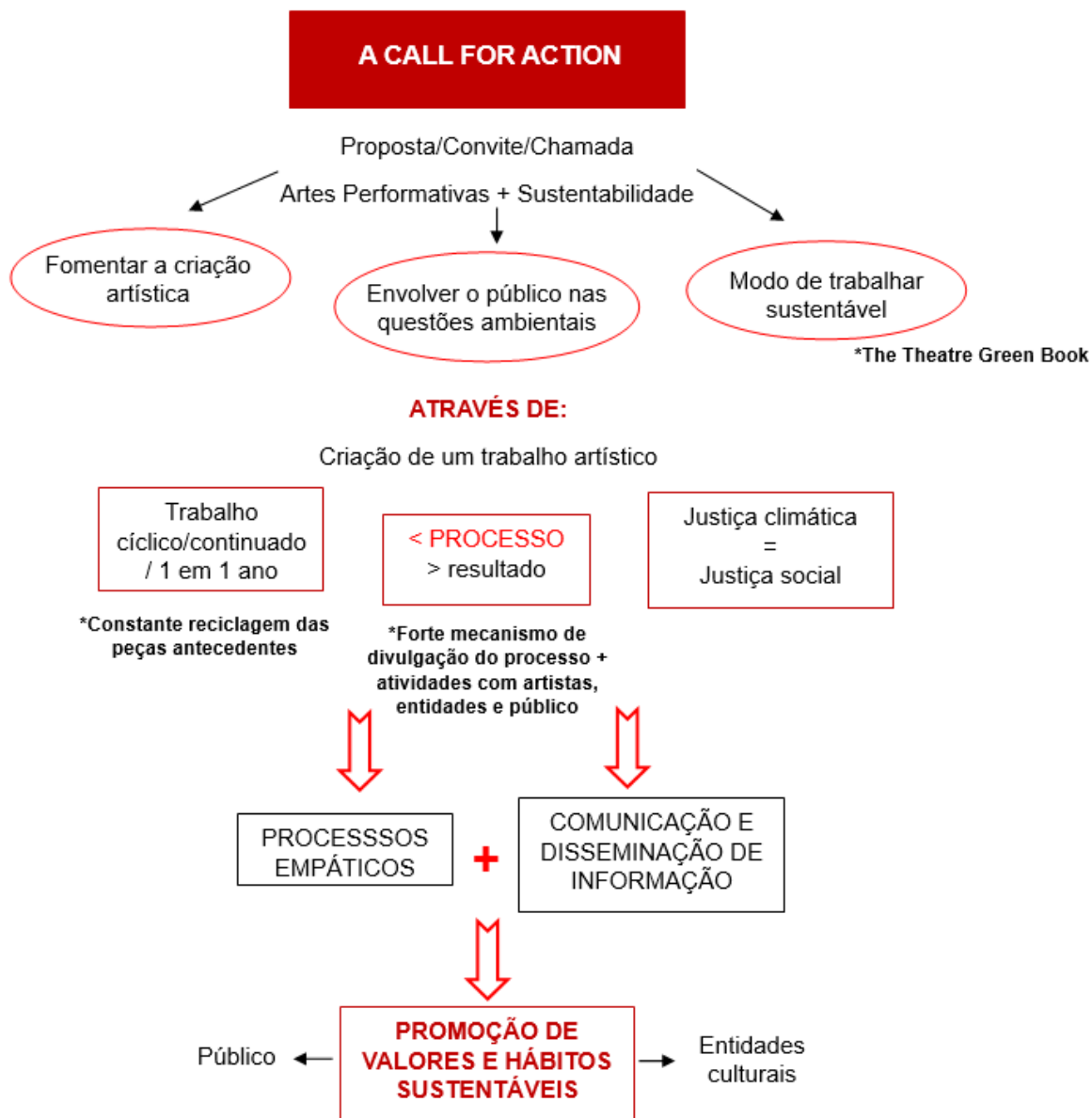


Figura 7: Quadro síntese do conceito de *A Call For Action*

Fonte: Elaborado pela autora

7.2. Missão, Visão, Valores

Missão

A *Call For Action* tem como compromisso combater as alterações climáticas e incentivar um modo de vida sustentável através da criação artística e da participação do público em processos criativos. Assim, ao convidar artistas a reciclarem e reutilizarem, conceitos e materiais de trabalhos anteriores, pretende-se consciencializar artistas, entidades culturais e públicos sobre a importância das suas escolhas e ações.

Visão

Ser uma referência de criação artística sustentável, nas artes performativas, e facilitar a inclusão do público nas questões sobre o ambiente. Juntos esperamos construir um mundo harmonioso e em equilíbrio, onde o respeito pelo outro e pela natureza prevalece.

Valores

- Versatilidade e inovação artística
- Ética de trabalho ambientalmente sustentável
- Investigação contínua
- Participação inclusiva em atividades culturais
- Promoção de um modo de vida sustentável

7.3. Política Ambiental e Plano de Ação

Como foi possível constatar na revisão literária, são diversos os autores que defendem a criação de uma política ambiental e de um plano de ação que a concretize. Assim, de acordo com Julie's Bicycle (s.d.) no caso dos artistas individuais a política ambiental pode tomar a forma de um manifesto ou de uma declaração pública de intenções/compromissos (p.9), pelas especificidades deste tipo de atividade laboral.

Uma política ambiental deve conter os valores e compromissos, de determinado projeto ou atividade, que promovem uma cultura de trabalho mais ecológica. E o plano de ação deve conter as ações necessárias para alcançar os objetivos definidos pela política ambiental.

Abaixo é descrita a política ambiental de *A Call For Action*, bem como as suas metas e plano de ação. Esta política e, respetivas, ações têm de ser do conhecimento de toda a equipa de cada produção e a equipa tem de estar comprometida com as mesmas. Além disto, quando as atividades forem realizadas em espaços como teatros ou outras infraestruturas culturais, estas também devem ter conhecimento destas condições, sendo acordados as medidas necessárias para o cumprimento da política ambiental e do plano de ação de *A Call For Action*.

7.3.1. Política Ambiental de A Call For Action

Assim, como política ambiental de *A Call For Action* visará o seguinte manifesto:

A Call For Action compromete-se com o ambiente e a humanidade. Esta é a nossa missão, o nosso compromisso e a nossa vontade. É preciso agir e já. O Planeta grita por nós e nós comprometemo-nos a escutá-lo. Para tal, propomo-nos a priorizar a multiplicidade de oportunidades e o acesso de pessoas à cultura. Investiremos na criação de uma comunidade instruída, opinativa e participativa. Seremos conscientes e inclusivos nas nossas escolhas, ações e parcerias. Comprometemo-nos a promover a educação para a sustentabilidade e a criação de atividades culturais que o permitam. Comprometemo-nos a privilegiar e consumo e produção locais e apoiaremos negócios, artistas e comunidade locais. Comprometemo-nos a minimizar a geração dos nossos resíduos e consumos energéticos. Sempre escolheremos reciclar, reutilizar, comprar em 2ª mão, trocar ou doar. Comprometemo-nos a ser conscientes e transparentes quanto às nossas atividades, emissões carbónicas e impactos ambientais. Comprometemo-nos convosco, connosco e com o mundo porque somos todos, igualmente, responsáveis e afetados. Pelo presente e futuro do Planeta Terra!

As nossas prioridades são:

- 1) Aumentar as oportunidades e o acesso de pessoas à cultura
- 2) Promover educação para a sustentabilidade
- 3) Promover a ação local e o sentido de comunidade
- 4) Minimizar a nossa geração de resíduos
- 5) Reduzir o consumo energético e de água
- 6) Combater o uso de combustíveis fósseis

As ações que nos comprometemos a tomar são:

- Promover o acesso inclusivo à cultura através da dinamização de atividades com comunidades locais.
- Rentabilizar as atividades centrais do projeto através da realização de atividades paralelas, principalmente, quando existir necessidade de deslocação.
- Privilegiar a realização de atividades em localidades próximas da localidade de residência e na localidade de residência.
- Minimizar o número de viagens.
- Viajar com o mínimo de pessoas possíveis.
- Viajar em transportes públicos e, sempre que possível, de comboio.
- Todo o material necessário em palco, como cenários, adereços e figurinos deverá ser possível de transportar em bagagem de mão.

- Se forem necessários cenários ou adereços com dimensões maiores devem ser produzidos por equipas locais, dos espaços de apresentação.
- Na produção de cenários, adereços e figurinos utilizar apenas materiais de produção ecológica, orgânicos, biodegradáveis, recicláveis, reutilizados, comprados em segunda mão, trocados ou doados.
- Caso seja necessário viajar de avião compensar as emissões de carbono através do pagamento de taxas designadas para o efeito ou de doações a projetos de compensação carbónica.
- Deslocarmo-nos de transportes públicos, de bicicleta ou a pé para todas as atividades. E incentivar o público a fazer o mesmo.
- Utilizar inventários de material e calculadoras de carbono para controlar os impactos ambientais das nossas atividades.
- Quando em circulação, privilegiar a escolha de alojamentos próximos dos locais das atividades e optar pela partilha de comodidades.
- Trabalhar, tanto quando possível, em horário diurno para reduzir a necessidade de uso de eletricidade.
- Nos teatros, todos os aparelhos de consumo energético devem ser desligados entre ensaios técnicos, gerais e espetáculos. O mesmo se aplica aos períodos de criação.
- Nos teatros, recusar a cedência de garrafas de água de plástico e utilizar as nossas próprias garrafas reutilizáveis.
- Privilegiar a alimentação local, sazonal e vegetariana. E solicitar, quando em circulação, a indicação de locais eco responsáveis, com comida orgânica ou vegetariana.
- Tentar que a nossa geração de resíduos seja mínima e promover a reciclagem em todos os locais de atividade.
- Realizar toda a comunicação via redes sociais, *site* e *mailing list*, não sendo necessários cartazes, *flyers* ou folhas de sala físicas.
- Fazer a auscultação do *feedback* do nosso público e parceiros face às nossas escolhas e ações.
- E, estar sempre recetivos a novas estratégias para a redução dos nossos impactos ambientais.

Além disto, de acordo com as recomendações de Buro Happold and Renew Theatre (2021), o processo de criação e apresentação dos espetáculos será acompanhado das seguintes 4 etapas:

- 1) Acordo de compromisso ambiental² → documento partilhado e assinado por todos os membros da equipa do projeto. Este documento acompanhará a assinatura do acordo das condições de trabalho, pois, é imperativo que toda a equipa esteja comprometida com os valores ambientais do projeto e os siga.
- 2) Encontro Verde para a Construção da Ideia³ → reunião em que toda a equipa deve estar envolvida para ajudar pensar o modo mais sustentável possível de concretizar a ideia e fazer um registo das decisões tomadas.
- 3) Encontro Verde para a Avaliação do Processo⁴ → reunião que ao ocorrerá durante o processo de criação e pretende avaliar se as decisões tomadas no Encontro Verde para a Construção da Ideia estão a ser cumpridas e/ou se se podem tomar decisões ainda mais sustentáveis.
- 4) Avaliação Pós-Espetáculo⁵ → reunião, pós-espetáculo, para a avaliação do processo e do resultado, no sentido de registar boas práticas e identificar falhas.

Por fim, projetam-se também avaliações trimestrais sobre o cumprimento do compromisso ambiental e para a adaptação de novas medidas, bem como uma revisão anual da política ambiental e do plano de ação de *A Call For Action*.

7.4. Análise SWOT de *A Call For Action*

Antes de apresentar o modelo de negócio de *A Call For Action* desenha-se uma breve análise SWOT que analisa, em termos internos, os pontos fortes e fracos da proposta e, em termos externos, as oportunidades e ameaças do contexto em que o projeto se insere. Esta análise possibilita uma visão integrada do projeto e permite também enquadrar a tomada de decisões operacionais e estratégicas de *A Call For Action*.

Análise Interna - Forças:

As principais forças de *A Call For Action* são o facto de esta ser uma iniciativa única e inovadora, no panorama português, dado não existirem vestígios de trabalhos continuados sobre a temática da sustentabilidade e da ecologia; e, o facto de a proposta assentar numa prioridade política da UE, que é também um objetivo a longo prazo, o que implica um processo de alcance do mesmo longo e, permite projetar alguma longevidade para o projeto devido à contínua abertura de programas de financiamento relacionados com a sustentabilidade.

² “Green Production Agreement”, (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p.42).

³ “Green Concept Meeting”, (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p.42).

⁴ “Green Card Meeting”, (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p.42).

⁵ “Post-show Evaluation”, (Buro Happold & Renew Theatre, 2021, p.42).

Análise Interna - Fraquezas:

Como fraquezas identificam-se a crescente banalização de projetos sobre as alterações climáticas porque se imagina que o tema se tornará cada vez mais comum, o que pode retirar força a *A Call For Action*. Além disto, a indiferença de muitas pessoas para com as questões das alterações climática e da preservação da natureza, o que pode limitar o alcance social do projeto. Também a necessidade total de financiamento para a realização do projeto, de modo a assegurar os direitos laborais de todos os envolvidos. O facto de, neste momento, o projeto estar a ser desenvolvido por uma artista individual e não por uma estrutura/entidade cultural. E, a necessidade de ganhar a confiança de possíveis *stakeholders* na qualidade do trabalho.

Análise Externa - Oportunidades:

As oportunidades de *A Call For Action* têm, principalmente, a ver com a necessidade urgente de combater as alterações climáticas e os efeitos destas. Assim, projeta-se que haja um interesse político, social e económico associada ao apoio de projetos que se comprometam com esta missão. Um reflexo disso são os financiamentos públicos aos setores cultural e criativo da UE, aos quais *A Call For Action* ainda não se pode candidatar, mas aquando da sua transição para título de entidade, associação, organização já poderá. Agora, existe a necessidade de construir o nome do projeto e assegurar apoio público através dos apoios públicos e privados às artes portuguesas que começam o seu ciclo de abertura entre o final de 2023 e o início de 2024 - sendo esta abertura de candidaturas encarada como uma oportunidade. Mas, também a abertura de candidaturas para residências artísticas para o ano de 2024 que se iniciam, também, nos últimos três meses de 2023. Por fim, refere-se a necessidade de modificar os métodos de trabalho do setor das artes performativas para métodos mais sustentáveis, vendo aqui uma oportunidade para criar obras artísticas e estratégias de produção inovadoras.

Análise Externa - Ameaças:

As principais ameaças identificadas são a possibilidade de não conseguir assegurar financiamento pela alta competitividade dos concursos a programas de apoio às artes. Associado a isso, a dificuldade de assegurar trabalho continuado, em Portugal, nas artes performativas pois conseguir apoio num ano não assegura que no próximo se consiga também. E, por fim, a noção de que a sustentabilidade, eventualmente e felizmente, se tornará algo intrínseco ao nosso modo de vida e, portanto, de produção artística, retirando assim pertinência ao projeto.

Quadro 6: Síntese da análise SWOT de A Call For Action

Fonte: Elaborado pela autora

Forças	Fraquezas
➤ Ser uma iniciativa única e nova; ➤ Assentar numa problemática atual e que é uma prioridade política, no âmbito da União Europeia.	➤ Banalização de projetos sobre sustentabilidade; ➤ Indiferença para com as alterações climáticas; ➤ Necessidade total de financiamento; ➤ Ser um projeto a título individual; ➤ Necessidade de ganhar a confiança dos <i>stakeholders</i> na qualidade do trabalho.
Oportunidades	Ameaças
➤ Urgência em combater as alterações climáticas; ➤ Abertura de programas de financiamento e apoio para residência, no último trimestre de 2023 e primeiro trimestre de 2024; ➤ Incentivos contínuos da UE à sustentabilidade, até 2050; ➤ Necessidade de reformular os hábitos de criação, produção e circulação das artes performativas.	➤ Não conseguir financiamento; ➤ A dificuldade de assegurar trabalho continuado em Portugal; ➤ A temática deixar de ser uma prioridade política, eventualmente.

7.5. The Business Model Canvas de A Call For Action

Assim para facilitar a compreensão e discussão sobre *A Call For Action* recorre-se ao *The Business Model Canvas*, desenvolvido por Alexander Osterwalder e Yves Pigneur (2010). Informa-se o leitor que, primeiramente, encontrará neste subcapítulo um quadro síntese do modelo de negócio de *A Call For Action* segundo as normas do *Canvas*. E depois poderá encontrar uma descrição mais detalhada deste, na seguinte ordem: proposta de valor; atividades chave; recursos e parceiros chave; público-alvo e segmentos de público, modalidade e canais de relacionamento e distribuição com o público, plano de comunicação, estrutura orçamental e receitas.

Quadro 7: The Business Model Canvas de A Call For Action
Fonte: Elaborado pela autora

Key Partners Espaços para ensaios, espetáculos e restantes atividades; Financiamento público e privado.	Key Activities 1) Criação de espetáculos de artes performativas; 2) Capacitação de públicos, artistas e entidades culturais para práticas sustentáveis; 3) Investigação sobre artes e sustentabilidade.	Value Proposition Combater as alterações climáticas através das artes performativas; Criar um 'espaço' de criação para artistas com preocupações ambientais; Impulsionar a investigação existente sobre arte e sustentabilidade; Munir os públicos, os artistas e as entidades culturais de informação; Servir como exemplo para o setor cultural português; Incutir nas novas gerações princípios sustentáveis; Mostrar como a justiça climática é sinónimo de justiça social.	Customer Relationships Criação de um sentido de comunidade; Sentido de participação e cocriação nos projetos.	Customer Segments Mercado multilateral: 1) agentes das artes performativas (público, estudantes, artistas e entidades culturais); 2) público em geral que se pode relacionar com a proposta por ter interesse na mesma ou nas questões de sustentabilidade.
Key Resources Recursos humanos; Espaços para ensaios, espetáculos e restantes atividades; Apoio financeiro.			Channels Contato físico: espetáculos com conversas com o público; workshops; ensaios abertos; mesas de discussão; participação em eventos sobre arte e sustentabilidade; <i>Online</i> : Redes sociais, site e zines dos processos criativo.	
Cost Structure Manutenção das atividades de A Call For Action e dos salários da equipa fixa (gestora do projeto, produtor/a, responsável por comunicação e redes sociais e designer) + financiamento das criações anuais e respetivas equipas.			Revenue Streams Venda dos espetáculos; Venda de <i>zines</i> ; Cobrança de participação em alguns eventos como os workshops.	

7.5.1. Proposta de valor

A *Call For Action* é um projeto que pretende combater as alterações climáticas através das artes performativas e da educação para a sustentabilidade. Assim com base nestas premissas ambiciona tornar-se uma ponte de contacto entre a problemática ambiental e os artistas, as entidades culturais e os públicos.

Para alcançar este objetivo A *Call For Action* propõe ser um espaço, no sentido metafórico da expressão, para o investimento na criação e produção artística; para a participação cultural inclusiva, para o crescimento da investigação e do saber sobre a sustentabilidade nas artes performativas; e para a partilha de informação com o público, os artistas e as entidades culturais.

Assim, o projeto ambiciona ter um impacto social vasto, investindo na promoção de valores e hábitos culturais sustentáveis, criando laços empáticos e um sentido de comunidade com todos os participantes das suas atividades.

A *Call For Action* pretende ser reconhecido como um espaço fértil e que promove a criação, que incentiva a novidade, dá lugar ao saber e à curiosidade e promove o sentido de partilha.

São também objetivos o alcance de uma reputação de referência no panorama do setor cultural português e a demonstração que justiça climática é sinónimo de justiça social, sendo estes mecanismos de relação com o público.

7.5.2. Atividades chave

A *Call For Action* centra as suas atividades em 3 principais focos:

- 1) Criação artística → ou seja, a criação e apresentação de peças de artes performativas, com principal foco em trabalhos de dança contemporânea.
- 2) Capacitação de públicos, artistas e entidades culturais para práticas sustentáveis → através da participação inclusiva dos mesmo em diversas atividades que acompanham os processos criativos dos trabalhos em desenvolvimento.
- 3) Investigação sobre a relação das artes performativas com a sustentabilidade → através da leitura e pesquisa contínua de publicações sobre o tema e do desenvolvimento de investigação própria.

A atividade 1) será desenvolvida através da criação de uma peça anual. A estreia da peça deve ocorrer no ano de criação, podendo o seu período de apresentação exceder o ano de criação.

Esta criação tem de estar alinhada com os valores do projeto e planear à partida atividades que evidenciem o seu processo de criação e promovam a concretização da atividade 2). Assim, a atividade 1) deve contemplar a realização de workshops, ensaios abertos, sessões de discussão com públicos e entidades, conversas com o público após os

espetáculos, a possibilidade de integração da comunidade nas peças, ou outras iniciativas que se achem pertinentes.

Além disto, cumprindo o objetivo de rentabilizar as atividades e deslocações feitas por *A Call For Action*, em prol de reduzir a pegada ambiental do projeto e promover a saúde e bem-estar das equipas envolvidas, todos os períodos de criação e datas de apresentação devem integrar uma calendarização alargada que concilie várias atividades ou promova a circulação entre localidades vizinhas. Em termos práticos isto significa que se pretende evitar realizar atividades isoladas, como é prática comum no contexto das artes performativas. Ou seja, viajar para realizar curtos períodos de criação ou apresentar espetáculos espaçadamente e muitas vezes isolados. Estas características criam maior desgastes nas equipas e geram a necessidade de maior número de deslocações. Para evitar isto tentar-se-á, ao máximo, programar atividades por proximidade entre localidades e, ao existir a necessidade de uma deslocação isolada, a criar uma multiplicidade de atividades em redor da atividade que origina essa necessidade, para que se tenta alcançar um maior público e se ter maior impacto social.

Em paralelo a tudo isto, pretende recolher-se dados e publicar investigação que acompanhe as atividades 1) e 2) e materialize a atividade 3). Para tal, as ações de comunicação do projeto serão de grande relevância, bem como a participação em eventos sobre a temática da sustentabilidade. Mais à frente, será descrito o plano de comunicação do projeto que integra a publicação de resultados como o cálculo das emissões de carbono dos projetos, descobertas que vão sendo feitas e o incentivo de mudanças de hábitos nos *stakeholders* do projeto através de mecanismo como o site da iniciativa, as redes sociais e uma *newsletter* partilhada via *mailing list*.

Por fim, ressalva-se que todas as atividades se suportam uma às outras sendo, portanto, complementares e não fazendo sentido existirem umas sem as outras.

7.5.3. Recursos e parceiros chave

Neste caso, opta-se por anexar os *key resources* e os *key partners* porque se relacionam diretamente, e assim a compreensão de ambos fica facilitada. Essencialmente, é possível dividir os recursos necessários em 2 modalidades: recursos fixos (ou seja, para a continuidade de *A Call For Action*) e recursos por projeto (ou seja, para a criação das peças anuais e das atividades associadas).

Como recursos fixos destaca-se a necessidade de:

- Gestora do projeto
- Produtor/a
- Designer
- Responsável de imagem (fotografia e vídeo)
- Responsável por comunicação e redes sociais

Inicialmente prevê-se que estas funções possam ser executadas por pessoas singulares, mas sabe-se que pode existir a necessidade de serem equipas.

Como recursos por projeto visualizam-se alguns recursos humanos e materiais que podem ser identificados no quadro abaixo e no texto que o segue.

Quadro 7: Síntese dos recursos fixos e, respetivos, possíveis parceiros de *A Call For Action*

Fonte: Elaborado pela autora

Recursos	Possíveis parceiros
Financiadores	➤ Direção-Geral das Artes; ➤ Fundação GDA; ➤ Fundação Calouste Gulbenkian; ➤ Outros parceiros que se consigam angariar.
Espaços de ensaio/criação (em modelo de residência artística) ⁶	➤ CRL – Central Elétrica, Porto ➤ Campus Paulo Cunha e Silva, Porto ➤ Teatro Municipal do Porto - Campo Alegre, Companhia Instável, Porto ➤ EVIC – Escola Vocacional de Interpretação e Criação, Viana do Castelo ➤ Teatro da Didascália, programa de residências fAUNA, Vila Nova de Famalicão ➤ Casa das Artes de Famalicão, Vila Nova de Famalicão ➤ Estufa – Plataforma Cultural, Torres Vedras ➤ Estúdios Victór Cordón, Lisboa ➤ CAM – Centro de Artes de Marvila, Lisboa

⁶ Os espaços mencionados são espaços com os quais já se tem alguma relação ou com os quais se pretende estabelecer.

	➤ Companhia de Dança de Almada, Almada ➤ O Espaço do Tempo, Montemor-o-Novo ➤ Companhia de Dança Contemporânea de Évora, Évora
Espaços de apresentação	➤ Teatros e festivais de artes performativas

Em jeito de nota, os espaços referidos como espaços para ensaios e apresentação são também os mesmos espaços onde se poderão realizar as outras atividades propostas como as ações de formação, os workshops, os ensaios abertos, as conversas com os *stakeholders*, etc.

Além disto, sobre os parceiros para espaços de apresentação sabe-se que, provavelmente, esta será uma das parcerias mais difíceis e exigentes de estabelecer. No entanto, já existem alguns contactos estabelecidos que poderão facilitar esta necessidade.

E, por projeto, serão também necessários recursos humanos específicos, como por exemplo: criadores, intérpretes, ensaiadores, assistentes de movimento, cenógrafos, figurinistas, aderecistas, entre outros, que terão de ser planeados e contratados conforme a necessidade. A construção das equipas poderá ser feita por convite ou por *open call*.

7.5.4. Público-alvo e segmentos de públicos

O público-alvo de *A Call For Action* é constituído por:

- pessoas interessadas nas questões da sustentabilidade, de qualquer idade;
- pessoas interessadas na proposta artística, de qualquer idade;
- crianças e jovens, de modo a sensibilizá-los e educá-los para a sustentabilidade;
- artistas e entidades culturais que queiram expandir os seus conhecimentos e práticas a uma linha de trabalho mais sustentável;
- e, o público das artes performativas, em geral.

Assim, é possível compreender que os segmentos de público correspondem a um mercado multilateral pois, por um lado, pretende-se estabelecer relação e satisfazer as necessidades dos agentes das artes performativas (estudantes, artistas e entidades culturais) e, por outro, de um público mais generalizado que se pode relacionar com a proposta por ter interesse na mesma ou nas questões de sustentabilidade.

7.5.5. Modalidade e canais de relacionamento e distribuição com o público

Com o público-alvo definido pretende-se estabelecer uma relação de comunidade onde se fomenta o sentido de partilha, participação e cocriação nos projetos e atividades. Para tal, os canais de comunicação com estes são de grande importância porque permitirão a criação da ligação entre o projeto e os seus consumidores.

Os canais de comunicação, ou alcance, dos consumidores dividem-se em 2 grandes categorias:

- 1) O contacto físico/pessoal → através das obras artísticas, seus processos criativos, apresentações e adjacentes workshops, conferências, conversas, ensaios abertos, etc.
- 2) A comunicação virtual → que pretende ser estabelecida através das redes sociais, do site, da divulgação de uma *newsletter* e da publicação de *zines* que registam o processo criativo.

7.5.6. Plano de comunicação

Tendo sido constatado nos resultados da investigação que os planos de comunicação dos projetos são uma das características de diferenciação nas candidaturas a financiamentos públicos, elabora-se um breve plano de comunicação para *A Call For Action* que se destina à divulgação contínua dos progressos do projeto e ao suporte e publicidade das obras artísticas criadas.

As estratégias de comunicação utilizadas são: marketing digital, criação de conteúdos, relações públicas com a comunicação social e media especializados.

As atividades principais passam pela criação de páginas nas redes sociais para o projeto, nomeadamente, no *Facebook* e no *Instagram* por serem as redes sociais onde a comunidade artística está mais presente. Nestas irá programar-se, no mínimo, uma publicação semanal que pode estar relacionada com: progressos do projeto, divulgação de atividades, registos das atividades, curiosidades e dicas sobre sustentabilidade, divulgação de parceiros, presença do projeto em eventos, etc.

A construção e atualização continuada de uma *mailing list* para a divulgação de atividades e informações do projeto, através de uma *newsletter* mensal. A *mailing list* será criada, primeiramente, através de contactos que já estão estabelecidos e, depois, através do registo dos e-mails dos participantes nas atividades e da escolha voluntária de subscrição da *newsletter* através do site do projeto.

A criação de um site para o projeto que servirá como centro de toda a informação do mesmo. Neste poderá encontrar-se: as diretrizes do projeto como a missão, a visão e os valores do mesmo e o compromisso ambiental; a equipa fixa; desenvolvimentos sobre a criação anual e sua equipa; o calendário de atividades; dicas e sugestões sobre práticas

culturais sustentáveis; o arquivo de obras; e publicações da investigação levada a cabo pelo projeto e seus possíveis parceiros. O site deverá ser atualizado regularmente.

A elaboração de *zines*⁷ que documentem os processos criativos de *A Call For Action*. Serão produzidas 4 anualmente e devem documentar os períodos de criação das peças do projeto. Estas serão divulgadas online no site do próprio projeto e na plataforma *Issuu*, que no primeiro ano poderá ser utilizada gratuitamente. Estas revistas pretendem ser uma forma descontraída e criativa de documentar o trabalho artístico de *A Call For Action* e de o partilhar com possíveis fãs. Estas poderão ser consultadas parcialmente online e adquiridas por encomenda, por um preço ainda a definir. Além disto, a sua impressão seguirá protocolos sustentáveis na escolha dos materiais utilizados, dos fornecedores, dos locais de impressão e no modo de envio/venda. No final do período de criação anual das *zines*, poderá também ser comprado um pack com as 4. Nas datas do espetáculo existirá um número muito limitado de exemplares expostos e será feita a recolha dos dados de encomenda dos interessados, dado não se querer gerar desperdício com esta atividade.

Além disto, tentar-se-á que as atividades de *A Call For Action* sejam divulgadas em plataformas como o 3, e semelhantes. E que o projeto consiga ter alguma presença mediática através de entrevistas, da participação em programas televisivos, partilhas em podcasts sobre temas de sustentabilidade ou com influenciadores/as da mesma temática.

Por fim, reforça-se a ideia de que a divulgação e publicidade do projeto será feita apenas *online*, de modo a evitar a impressão de cartazes, *flyers* e folhas de sala. Sendo sempre pedido aos espaços parceiros que o façam também. Em contrapartida as folhas de sala das peças e restantes informações serão disponibilizadas através de *QRCode*, presentes nos espaços de apresentação e nas plataformas de divulgação do projeto e, se possível, dos próprios espaços.

Quadro 8: Síntese do plano de comunicação de *A Call For Action*

Fonte: Elaborado pela autora

Meio de comunicação	O que se faz	Quem faz	Quando faz
Redes sociais	Publicação e/ou história/as	Responsável pela comunicação e redes sociais; Designer	1 x semana

⁷ Pequenas revistas produzidas de forma independente e que se focam num tópico específico

<i>Mailing list</i>	<i>Newsletter</i>	Responsável pela comunicação e redes sociais; Designer; Gestora do projeto.	1 x mês
<i>Site</i>	Atualizações consoante as atividades ou os avanços do projeto	Responsável pela comunicação e redes sociais; Designer; Gestora do projeto.	Semanalmente
<i>Zines</i> (Issuu, site e venda ao vivo)	<i>Zines</i>	Responsável pela comunicação e redes sociais; Designer; Gestora do projeto	4 x por ano

7.5.7. Estrutura orçamental

Para descrever a *cost structure* de *A Call For Action* é necessário começar por esclarecer alguns fatores. O primeiro é que, no contexto português, não será fácil encontrar financiamento, ou parceiros que apoiem esta iniciativa, sem primeiro serem dadas provas da qualidade artística do trabalho e das capacidades de gestão da autora do projeto, por outras palavras sem se ter conseguido financiamento num programa de apoio a projetos.

Assim, o plano de ação deste projeto implica que *A Call For Action* passe por fase incubadora demorada, que se realizará ao longo do ano de 2024. Em simultâneo a esta fase, propor-se-á para apoio financeiro, público e privado, a peça de dança *GAIA*, a primeira obra artística de *A Call For Action*. Esta peça será divulgada em todas as ações de comunicação como integrante de *A Call For Action* – sendo esta uma jogada que pretende criar curiosidade sobre o projeto, divulgar a ideia e angariar recursos. O motivo de concorrer com *GAIA* a financiamento é conseguir financiar o processo de criação e a estreia da peça sendo, depois, a circulação feita à base do valor de venda da peça a entidades culturais, como teatros e

festivals. O valor de venda da peça pretende ter uma base de lucro de 20% que ajude a angariar fundos para a continuidade de *A Call For Action*. Ao conseguir apoio público para GAIA, espera-se também que no ciclo seguinte de financiamentos público haja possibilidade de entrar em programas de apoio às artes com taxas de apoio maiores, não esquecendo que esta não é uma garantia.

Devido a todas estas minudências, não é possível criar um orçamento real para *A Call For Action*. No entanto, é possível descrever algumas etapas de trabalho bem como os recursos necessários e, em alguns casos, os seus custos. Todos os custos não referidos, são custos que necessitam de auscultação do mercado ainda.

Além disto, devido à falta de recursos financeiros, a primeira fase de desenvolvimento de *A Call For Action* será, maioritariamente, da responsabilidade da autora do projeto, aquando da necessidade de outros recursos estes serão contratados.

Assim, na página seguinte é possível encontrar um quadro descritivo que programa as fases de desenvolvimento de *A Call For Action*, as suas atividades, a sua duração, os recursos necessários para tal, de quem é a sua responsabilidade e os seus custos. Por não se querer inserir valores fictícios e desfasados da realidade optou-se por omiti-los, na maioria. No entanto, é possível programar um investimento inicial de 696,00€, que correspondem à compra de um plano de acesso à plataforma *Wordpress* para a criação do site do projeto e ao pagamento de trabalho de produção, correspondente à candidatura para três programas de apoios à criação artística de peças de dança.

Quadro 9: Planeamento das fases de trabalho de A *Call For Action*

Fonte: Elaborado pela autora

Fase de trabalho	Descrição das Atividades	Duração das Atividades	Recursos necessários	Responsabilidade	Custos
Captação da equipa de GAIA	➤ Convite direto a trabalhadores ➤ Procura de trabalhadores por <i>open call</i>, através da plataforma <i>Coffepaste</i> ➤ Assinatura do Acordo de Compromisso Ambiental	Entre novembro e dezembro de 2023	Produtor Coreógrafa/Bailarina 2 Músicos Cenógrafo Fotógrafo Designer Responsável pela comunicação e redes sociais	Gestora do projeto	0€
Desenvolvimento do conceito e processo de criação de GAIA/	➤ Reunião com a equipa de criativos para se discutir o conceito e as necessidades técnicas de GAIA	Entre dezembro e janeiro de 2023	Toda a equipa Reunião/ões presencial ou online	Toda a equipa	

Encontro Verde para a Construção da Ideia	➤ Programar orçamento, períodos de ensaio e iniciar negociações para a estreia da peça ➤ Calendarizar atividades ➤ Definir ações de comunicação				0€
Desenvolvimento das plataformas de comunicação de <i>A Call For Action</i>	➤ Desenvolvimento do design ➤ Desenvolvimento do site ➤ Criação das redes sociais ➤ Construção da <i>mailing list</i>	4 a 6 meses (entre janeiro e junho de 2024)	Plataforma <i>Wordpress</i> – Plano Premium	Gestora do projeto	(Custo anual da plataforma) 96,00 €
Concurso para apoios e angariação de outros fundos	➤ Apoio DGArtes – Procedimento simplificado, apoio a projetos (até 5.000€) ➤ Apoio Fundação GDA – Espetáculos de Teatro e Dança ➤ Apoio Fundação Gulbenkian – Apoio à Criação Artística, Dança (Individual)	À espera do aviso de abertura Geralmente, entre fevereiro e março Geralmente, entre abril e maio		Gestora do projeto Produtor/a	(Por cada processo de candidatura o produtor receberá 200€, 20h de trabalho) 600,00 €

Programação do circuito de apresentações e atividade de GA/A	➤ Contato de entidades para iniciar negociações de datas para a apresentação da peça	Começo em março de 2024		Gestora do projeto Produtor/a	Valores a acordar
Construção do cenário	➤ Construção do cenário ➤ Realização de registos de imagens do processo criativo ➤ Encontro Verde para a Avaliação do Processo (a meio do processo) ➤ Preenchimento de inventários de material	2 a 4 meses (entre maio e agosto de 2024)	Material a acordar	Gestora do projeto/Coreógrafa Cenógrafo Fotógrafo	Valores a acordar
Ensaios de GA/A	➤ Ensaios de peça ➤ Cada período de ensaios terá: - 1 workshop aberto à comunidade artística relacionado com o processo criativo;	4 períodos de 2 semanas em residência artística + 1 semana de ensaios antes da data de estreia Começar em setembro de 2024	Espaços para ensaio Cenário Instrumentos musicais Alimentações Deslocações (se necessário)	Produtor/a Coreógrafa/Bailarina 2 Músicos Cenógrafo Fotógrafo/a	Valores a acordar

	- 1 dia de ensaio aberto à comunidade local com atividades⁸; - 1 sessão de discussão sobre criação e produção artística sustentável com as equipa dos espaços acolhedores; - Podendo ser programadas outras atividades também. ➤ Realização de registos de imagens do processo criativo ➤ Encontro Verde para a Avaliação do Processo (a meio do processo) ➤ Preenchimento de inventários de material		Estadias (se necessário) Pagamento dos artistas	Responsável pela comunicação e redes sociais	
Lançamento do site e das redes sociais de <i>A Call For Action</i>	➤ Concretização do plano de comunicação ➤ Divulgação de <i>GAIA</i>	Setembro de 2024 a ...		Gestora do projeto Designer	Valores a acordar

⁸ Para a realização desta atividade serão contactas comunidades escolares, câmaras municipais e juntas de freguesia.

				Responsável pela comunicação e redes sociais	
Revisão da política ambiental e plano de ação	➤ Revisão da política ambiental e plano de ação	Dezembro de 2024	Gestora do projeto	Gestora do projeto	0€
Estreia de GAIA	➤ 2 dias de ensaios em estúdio ➤ 2 dias de ensaio em palco com 3 períodos de trabalho programados, nos quais se realizará 1 ensaio técnico, 1 ensaio geral e se programará 1 período para correções ➤ Espetáculo ➤ Registo de imagem da peça na íntegra ➤ Conversa com o público (O mesmo esquema de ensaios se aplicará a outras datas de espetáculo. No caso de existirem datas de apresentação com menos	Em 2025	Espaços para apresentação Cenário Figurinos Instrumentos musicais Equipa técnica Alimentações Deslocações (se necessário) Estadias (se necessário)	Toda a equipa	Valores a acordar

	de 1 semana de intervalo, não serão necessários os 2 dias de ensaio em estúdio.)		Pagamento dos artistas		
Avaliação Pós-Espetáculo e concretização de relatórios	➤ Reunião de avaliação ➤ Preenchimento de relatórios de contas ➤ Preenchimento de inventários de material	Na semana seguinte ao espetáculo	Toda a equipa Reunião/ões presencial ou online	Toda a equipa Os relatórios serão da responsabilidade da gestora do projeto e do/a produtor/a	Valores a acordar
Início de um novo ciclo de criação e planeamento de atividade para A <i>Call For Action</i>	➤ Programação do seguinte ano de atividades	No segundo trimestre de 2025	Gestora do projeto Produtor/a	Gestora do projeto Produtor/a Responsável pela comunicação e redes sociais	Valores a acordar
Circulação de GAIA	➤ Apresentação da peça ➤ E concretização de outras atividades relacionadas com a mesma	Ao longo de 2025	Toda a equipa	Gestora do projeto Produtor/a	Valores a acordar

7.5.8. Receitas

Sabendo que a dependência total de programas de financiamento, públicos e privados, é um risco muito grande para a concretização e manutenção de *A Call For Action* pensam-se também outros meios de gerar lucros com as atividades do projeto. São eles: a venda dos espetáculos cujo preço será calculado com uma percentagem de lucro de 20%; a venda das *zines*, cujo preço ainda precisa de ser estudado, sendo que se projeta já a possibilidade de o pagamento de um *fee* de acesso online e um outro preço para a aquisição do produto físico; e a cobrança de participação em alguns eventos do projeto como os workshops. Os lucros destas atividades destinam-se ao pagamento dos ordenados da equipa fixa e à manutenção das plataformas digitais e instrumentos de publicitação do projeto.

Além destes mecanismos de financiamento projetam-se também as possibilidades de crowdfunding e da aquisição de apoios municipais.

7.5.9. GAIA

O conceito de GAIA ainda se encontra em desenvolvimento, mas apresenta-se uma breve sinopse da ideia, para enquadrar melhor o leitor.

GAIA, tem como ponto de partida a figura mitológica da Deusa Gaia, mãe de todos os deuses e criadora do planeta Terra. Gaia é também conhecida como Mãe-Natureza e representa a imagem da fertilidade, da maternidade e da harmonia. Esta deusa nasceu de Caos e assim deu ordem ao Cosmos, acabando com a desordem e a destruição. É deste mito que se parte para uma comparação com o mundo atual e a dissociação da sociedade contemporânea à vida cíclica e à natureza. Em GAIA criticamos o caos em que vivemos, este mundo de profundas desigualdades, de guerra constante, de lutas de poder, discursos de ódio, desgaste do nosso sustento – a natureza, de ataque ao próximo e foco somente nos nossos pequenos ecrãs, onde o mundo é gigante, mas onde um aceno ou um aperto de mão nos parecem tão distantes. Tal como Gaia, nesta peça, partiremos do caos, da desordem, do ataque e da violência para através da criação, da fertilidade, da construção e desconstrução, da ciclicidade e da repetição alcançarmos a harmonia e criarmos, em conjunto, um espaço onde nos sentimos acolhidos, em segurança. GAIA é uma sensação, uma experiência, um lugar de renascimento e um suspiro por um futuro diferente.

Conclusões

Por último, afirma-se que a pesquisa levada a cabo permitiu a construção informada de um projeto que concilia as artes performativas e a sustentabilidade, objetivo central da investigação. Sem a compreensão do estado do ambiente e da perspetiva governamental da UE, e de Portugal, sobre o mesmo; sem o entendimento da relação entre a cultura, as artes e a sustentabilidade; sem a pesquisa de práticas ecológicas e sustentáveis nas artes performativas; sem a análise dos processos de financiamento público aos setores cultural e criativo e sem a recolha dos testemunhos dos entrevistados, não teria sido possível construir de forma tão integrada o projeto *A Call For Action* – que, no fundo, é uma tentativa de concentrar e aplicar, na prática, os conhecimentos adquiridos. Ficaria sempre aquém fazer toda esta investigação e não a materializar de alguma forma, pois o próprio tema exige uma ação, exige que se tomem medidas e se criem projetos inovadores. Não se tem a pretensão de achar que *A Call For Action* solucionará a crise climática, mas acredita-se que este pode ser um projeto piloto em Portugal e importante para a construção de uma comunidade ativa e informada.

Assim, conclui-se que é preciso provar que a ecologia e a sustentabilidade se encarregam das ânsias da humanidade e são uma potente fonte de justiça social. Neste sentido, os governos têm a obrigação de promover políticas de desenvolvimento sustentável pois é urgente que vivamos dentro dos limites do Planeta. Para tal, todas as áreas de saber devem estar empenhadas em participar na transição ecológica. No caso, da União Europeia existe uma intenção declarada de alcançar a neutralidade ambiental até 2050 e por isso têm sido realizados esforços políticos nesse sentido.

A sustentabilidade é um conceito multidimensional que concilia as dimensões social, económica e ambiental. No entanto, ao ser declarada uma quarta dimensão, a dimensão cultural é possível entender que a sustentabilidade não se alcançará apenas através da transição energética, esta é uma transformação social que engloba uma mudança generalizada nas nossas vidas. E, assim, a cultura vem revelar-se um mecanismo essencial para o alcance de um modo de vida sustentável e, demonstra que todas as ambições de sustentabilidade que possamos ter, nunca serão alcançadas se não mudarmos a nossa cultura. É preciso ter em conta o enorme nível de desperdício da cultura contemporânea e reconhecer que os nossos hábitos alimentares, de moda e de entretenimento são causadores de altos níveis de consumo de energia e de produção de resíduos. Fundamentalmente, esta questão é sobre a transição de uma cultura consumista, onde a geração de resíduos e o desperdício são constantes, para uma cultura sustentável, onde prevalecem valores como a

igualdade, a comunidade, a reutilização de materiais e a preservação da natureza. Ao ser inegável que a sustentabilidade é uma questão cultural, torna-se óbvio que a cultura é o mecanismo base para alcançar uma versão da humanidade sustentável e duradoura.

É a partir deste ponto que é possível responder à pergunta de pesquisa: Que relação existe entre cultura e sustentabilidade? A cultura é o 4º pilar da sustentabilidade, o que significa que estabelece relações sólidas com todas as outras dimensões do conceito e cria pontos de conexão entre as mesmas.

No seguimento desta resposta é também possível responder à pergunta: Como pode a arte aliar-se à problemática ambiental? A investigação provou que as artes são o principal mecanismo de ação da cultura no que diz respeito à sustentabilidade. E sabe-se também que as artes podem promover a sustentabilidade ao: serem um mecanismo de mudança de valores e, consequentemente, de comportamentos; ao comunicarem informação complexa de forma simples; ao serem um instrumento de comunicação e disseminação de informação; ao permitirem a construção de narrativas positivas sobre o futuro; ao moverem as pessoas através de processos empáticos; ao promoverem hábitos de consumo ambientalmente sustentáveis; e ao serem integradas em políticas de desenvolvimento sustentável.

Além disto, sobre o modo como os artistas individuais e as entidades culturais podem promover a sustentabilidade e ser aliados do Planeta e da humanidade contra as alterações climáticas, foi possível descobrir que o essencial é uma mudança dos hábitos de trabalho dos setores cultural e criativo. No fundo, os artistas individuais e as entidades culturais podem e devem fazer o que qualquer indivíduo pode: tomar escolhas conscientes, reduzir a sua pegada carbónica e ter práticas de consumo reduzidas. Sendo que, no caso das organizações é também importante definir políticas ambientais e planos de ação concretos e envolver toda a equipa nestas. Resumindo, o mais importante é que se motive a mudança de hábitos de trabalho dos setores cultural e criativo e para que isto aconteça é necessária, primeiro, uma ação de capacitação extensiva dos setores e também um reforço dos incentivos e iniciativas relacionadas com a sustentabilidade, por exemplo através dos programas de financiamentos público à criação, produção e circulação artísticas.

Por fim, consegue responder-se à pergunta orientadora de toda a investigação: Como pode um artista individual, das artes performativas, financiar um projeto sobre sustentabilidade, em Portugal? Pois bem, um artista pode financiar um projeto sobre sustentabilidade, em Portugal, de diversas formas, mas dá-se especial destaque aos programas de apoios às artes públicos, nomeadamente os da DGARTES. Destacam-se estes programas de financiamento público porque refletem as prioridades políticas da atualidade, onde entre elas se encontra a sustentabilidade e o combate às alterações climáticas. Sendo assim possível estabelecer um ponto de contato entre objetivos dos financiadores e a temática do projeto.

Além destes programas, o curso da pesquisa colocou-nos também em contacto com os programas de financiamento público dos setores cultural e criativo, da União Europeia, o que tornou viável uma construção de saber mais vasta sobre os mecanismos de apoio financeiro às artes e o seu modo de funcionamento.

Todas estas conclusões viabilizaram o planeamento do projeto *A Call For Action*, um projeto que pretende combater as alterações climáticas e incentivar um modo de vida sustentável através das artes performativas. Este projeto é o culminar da investigação e prevê a concorrência ao *Programa de Apoio a Projetos – Procedimento Simplificado*, da DGARTES, programado para o ano de 2024. O anúncio deste apoio vem também reforçar a investigação feita sobre a relação das prioridades políticas com os objetivos dos programas de financiamento público pois, na sua divulgação consta um objetivo de interesse público que pretende promover a sustentabilidade e as práticas ecológicas nas artes. Esta característica permite a inserção de *A Call For Action* nos critérios de aplicabilidade do programa.

A Call For Action é um conjunto de atividades, no âmbito das artes performativas e com especial incidência na dança contemporânea, que pretende dar tanto destaque aos processos criativos como aos resultados desses, criando uma comparação com o facto de as pessoas precisarem de cuidar as suas escolhas e ações, e optarem por um modo de vida mais sustentável. A ideia de evidenciar os processos parte também de uma base de justiça social, ou seja, da noção de que justiça climática é sinónimo de inclusão e equilíbrio sociais, e por isso o acesso à cultura deve ser inclusivo e promovido vastamente.

Além disto, todas as atividades de *A Call For Action* devem ser realizadas do modo mais sustentável possível e, por isso, o desenvolvimento da sua política ambiental e o do seu plano de ação foram de especial importância pois permitirem orientar o modo de trabalhar dos integrantes do projeto e balizam os seus valores, posicionando o projeto como estando a favor do Planeta Terra e da humanidade.

O projeto pretende também ter uma vertente de educação e disseminação de informação importante que será possibilitada pelas plataformas online do mesmo e por atividades como *workshops*, *masterclasses*, conferências, conversas com o público e participação em eventos sobre sustentabilidade.

A Call For Action será um sistema contínuo de produção onde todas as novas peças criadas terão como base serem uma reciclagem da peça em cena anterior, esta reciclagem pode ser feita em termos conceptuais e/ou materiais. Com isto, pretende-se explorar como é possível alargar a vida de um produto artístico, perceber se pode ser inesgotável, e implementar nas equipas dos projetos de *A Call For Action* a noção de que é necessário construir produções que não se esgotam após a sua estreia ou período de circulação.

Por fim, foi também possível dar início ao pensamento sobre a primeira peça de *A Call For Action* que se intitulará GAIA, e será da autoria de Beatriz Lourenço. Esta será a atividade proposta para apoios nos programas de financiamento.

Espera-se que este trabalho, além de servir como impulso para a criação de *A Call For Action*, permita alargar o conhecimento sobre a relação da Cultura com a Sustentabilidade, no contexto português onde escasseiam estudos sobre o tema; capacite outros colegas das artes performativas, com interesse na criação e produção artísticas, de conhecimentos para a conceção de espetáculos mais ecológicos e sustentáveis; e alargue o conhecimento sobre os programas de financiamento público dos setores cultural e criativo e, respetivos, processos de candidatura, sobre os quais existe também pouca informação. Por fim, este trabalho espera também ser uma ajuda, ou uma referência, para o planeamento de projetos de artes performativas.

Posto isto, reconhecem-se algumas limitações do trabalho desenvolvido: primeiramente, o facto de existir pouco literatura sobre a relação da arte com a sustentabilidade; além disto, pelo facto deste ser um assunto recente existem poucos avanços e certezas, o que significa que a generalidade dos documentos analisados contém informação experimental e que ainda precisa de uma fase de implementação e análise de consequências grande; o facto de no caso de Portugal, não existirem publicações sobre o tema e ter sido difícil contactar com testemunhos profissionais deste contexto; e também o facto de a amostragem de entrevistados ser reduzida, reconhecendo-se que poderiam ter sido auscultadas outras perspetivas sobre o tema em estudo.

Para dar continuidade ao projeto e viabilizar a sua implementação é necessário começar a contactar possíveis parceiros para integrarem a equipa fixa e a equipa de GAIA, bem como é preciso fazer uma pesquisa de mercado que permita a construção do orçamento das atividades, de modo a poder dar início ao plano de atividades de *A Call For Action*. Além disto, projeta-se a possibilidade de continuação de investigação, sendo que numa fase seguinte esta incidiria sobre as atividades de *A Call For Action*, numa perspetiva de documentar práticas sustentáveis nas artes performativas ou de fazer uma comparação entre os cálculos das emissões de carbono das atividades de *A Call For Action* com as de outro projeto que não siga orientações ecológicas, com uma dimensão semelhante, para se poder comparar as diferenças.

Concluindo, é possível afirmar que ao pensar um mundo e uma sociedade sustentáveis tem de se encontrar um equilíbrio entre as preocupações económicas, sociopolíticas e ambientais sendo a cultura o meio, ou a ferramenta, que unifica estas áreas da vida social e permite a criação de valores, significados e comportamentos de desenvolvimento sustentável. Assim, é importante que os governos incentivem a criação artística a promover valores sustentáveis e fomentem ações de educação para a sustentabilidade. Por outro lado, é

também importante que os próprios artistas e entidades culturais percebam o seu impacto ambiental e procurem combatê-lo. Acreditando que as ações de todos são importantes e que mesmo os projetos mais pequenos podem surtir efeitos inesperados nasce *A Call For Action*, um projeto que acredita no poder da ação artística e se compromete com o presente e futuro do Planeta Terra e da humanidade.

Fontes

Legislação internacional

Conselho da União Europeia. (2022). Resolução do Conselho sobre o Plano de Trabalho da UE para a Cultura 2023-2026 (C 466). *Jornal Oficial da União Europeia*. <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:C:2022:466:TOC>

Legislação nacional

Decreto-Lei n.º 47/2021 do Ministério da Cultura. (2021). *Diário da República: I Série*, nº 112 (2021-06-11), 33-51.

Decreto-Lei nº 146/2021 do Ministério da Cultura (2021). *Diário da República: I Série*, nº 134 (2021-07-13), 96-114.

Fontes Documentais

Silva, A. P., República Portuguesa Cultura , & Direção-Geral das Artes. (2023, setembro). *Declaração anual 2023*. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/sites/default/files/declaracao_anual_09012023.pdf

Agência Europeia do Ambiente. (2019). *O ambiente na Europa: Estado e perspetivas 2020 - Sumário executivo*. Luxemburgo. Serviço das Publicações da União Europeia. Disponível em <https://www.eea.europa.eu/pt/publications/o-ambiente-na-europa-estado/file>. Consultado em 05 de outubro de 2023.

Centro de Informação Regional das Nações Unidas para a Europa Ocidental. (2018). *Guia Sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 objetivos para transformar o nosso mundo*. Disponível em https://unric.org/pt/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/SDG_brochure_PT-web.pdf

The Core Writing Team, Lee, H., & Romero, J. (2023). *Climate Change 2023: Synthesis Report*. International Panel on Climate Change. Disponível em https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf

Bibliografia

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. (2019). *Guia de Apoio às Indústrias Culturais e Criativas*. Disponível em <https://portugalglobal.pt/PT/Internacionalizar/Documents/guia-apoio-industrias-culturais-criativas.pdf>
- ARTE12b. (2019, junho). *Arte Ambiental - O ativismo através das expressões artísticas*, Disponível em <https://www.galeriaarte12b.com/post/arte-ambiental-o-ativismo-atrav%C3%A9s-das-express%C3%B5es-art%C3%ADsticas>. Consultado em 5 de outubro de 2023.
- Baptista, D. (2019). *Repensar o entrelaçamento do político com o ecológico: um caminho para a emancipação?*. [Dissertação de mestrado, UnB - Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37044>
- Bertaux, N., & Kaleel, S. (2017). Toward a Theory for the Arts and Sustainability. *Journal of Management for Global Sustainability*, 5(2), 53–73. Disponível em <https://app.amanote.com/v4.0.52/research/note-taking?resourceId=aaWdAXQBKQvf0BhiFuRa>
- Buro Happold and Renew Theatre. (2021). *The Theatre Green Book. Part 1 : Sustainable Productions*. Buro Happold and Renew Theatre.____Disponível em https://theatregreenbook.com/wp-content/uploads/2021/03/THEATRE-GREEN-BOOK-ONE_beta1.pdf
- Clammer, J. (2021). Culture and Sustainability. Em Palgrave Macmillan, Cham (Ed.), *The Palgrave Handbook of Global Sustainability*, pp.1.-13. Disponível em https://doi.org/10.1007/978-3-030-38948-2_174-1
- Centro Informação Europa Criativa. (s.d.). *O Programa Europa Criativa 21-27*. Disponível em <https://www.europacriativa.eu/europa-criativa-2021-2027/o-programa-europa-criativa/sobre-o-programa-europa-criativa>. Consultado em 11 de outubro de 2023
- Centro Informação Europa Criativa. (s.d.). *Sobre a Vertente Cultura*. Disponível em <https://www.europacriativa.eu/cultura/vertente-cultura/sobre-a-vertente-cultura>. Consultado em 12 de outubro de 2023
- Cipriano, F. (2023). *Guia dos instrumentos de financiamento de projetos empreendedores baseados em cultura e criatividade: dicas e truques para uma candidatura de sucesso*. ArteRia Lab - Universidade de Évora. Disponível em https://arterialab.uevora.pt/wp-content/uploads/2023/07/Guia_Financiamento_Cultural_Criativo.pdf

Conselho da União Europeia. (2023, fevereiro). *Acordo de Paris sobre alterações climáticas*. Disponível em Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/climate-change/paris-agreement/>. Consultado em 10 de junho de 2023.

Conselho da União Europeia. (2021, setembro). Conselho adota Lei Europeia em matéria de Clima. Disponível em <https://www.consilium.europa.eu/pt/press/press-releases/2021/06/28/council-adopts-european-climate-law/>. Consultado em 10 de junho de 2023.

Creatives Unite. (2023). *So You Need Money This is Your Personal Financial Toolkit Based on Your Specific Needs*. Disponível em <https://creativesunite.eu/synm/>

Curtis D. J, Reid, N., & Reeve, I. (2014). Towards ecological sustainability: observations on the role of the arts. *S.A.P.I.EN.S*, 1(7), pp.1-15. Disponível em <https://journals.openedition.org/sapiens/1655>

Direção-Geral das Artes. (s.d.). *Apoio às Artes*. Disponível em https://www.dgartes.gov.pt/pt/atividades/apoio_as_artes. Consultado a 11 de outubro de 2023.

Direção-Geral das Artes. (2023, outubro). DGArtes Divulga Teor dos Avisos de Abertura do Apoio a Projetos. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/node/6675>. Consultado a 13 de outubro de 2023.

Direção-Geral das Artes. (2022, outubro). Estudo “Práticas Ecológicas e Sustentáveis nas Artes Performativas em Portugal” apoiado pela DGARTES. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/noticia/5684>. Consultado a 14 de outubro de 2023.

Direção-Geral das Artes. (s.d.). *Programa de Apoio em Parceria Arte e Ambiente*. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/apoio/4702>. Consultado a 11 de outubro de 2023.

Direção-Geral das Artes. (s.d.). *Sustentabilidade nas Artes*. Disponível em <https://www.dgartes.gov.pt/pt/destaque/4948>. Consultado a 11 de outubro de 2023.

Doughnut Economics Action Lab. (s.d.). *About Doughnut Economics*. Disponível em <https://doughnuteconomics.org/about-doughnut-economics>. Consultado em 06 de setembro de 2023.

Eco, U. (2003). *Como se faz uma tese em ciências humanas* (10ª Ed). Editorial Presença.

Eur-Lex. (s.d.). *Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable_development. Consultado em 09 de setembro de 2023.

European Commission, Directorate-General for Education, Youth, Sport and Culture, Feifs, T (Eds). Rodriguez, A. (Eds). (2023). *Greening of the Creative Europe Programme : Good environmental practices guide for Creative Europe Programme*. Publications Office of the European Union. Disponível em <https://data.europa.eu/doi/10.2766/036350>

- European Comission. (s.d.). *Cultural and creative sectors*. Disponível em <https://culture.ec.europa.eu/cultural-and-creative-sectors/cultural-and-creative-sectors>. Consultado em 11 de outubro de 2023.
- European Education and Culture Executive Agency. (2023). *Creative Europe Programme (CREA) Call for proposals European Cooperation projects (CREA-CULT-2023-COOP)*. Disponível em https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/docs/2021-2027/crea/wp-call/2023/call-fiche_crea-cult-2023-coop_en.pdf. Consultado em 12 de outubro de 2023.
- Foddy, W. (1993). *Como Perguntar: Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários* (1º Ed.). Celta Editora Lda.
- Fonseca, J. (2019). *Artes performativas: formação, informação e transformação : uma visão transdisciplinar de um estudo de caso*. [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/39320>
- Gaspar, A. (2021). A Cultura como fator de sustentabilidade. *O Jornal Económico*. (Online). Disponível em <https://jornaleconomico.pt/noticias/a-cultura-como-fator-de-sustentabilidade-811963/>. Consultado em 21 de setembro de 2023.
- Gracia, M. (2020). *Gala Funding and Resources Guide* (2º Ed.). On the Move. Disponível em <https://on-the-move.org/files/GALA%20Funding%20and%20Resources%20Guide%20English.pdf>
- Glucksmann, R. (2022). *Carta à geração que vai mudar tudo* (1ª ed). Guerra e Paz.
- Hawkes, J. (2001). *The Fourth Pillar of Sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Common Ground Publishing Pty Ld; Cultural Development Network (Vic). Disponível em https://books.google.pt/books?id=NHITl2xmw3EC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false
- Jesus, F. I. (2022). *Associação Mergulho Urbano, retrospectiva, análise e definição de plano estratégico para o futuro* [Dissertação de mestrado, Iscte – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/26940>
- Julie's Bicycle. (2013). *Green Dance*. Dance Uk. Disponível em https://juliesbicycle.com/wp-content/uploads/2022/01/Green_Dance_Factsheet_2013.pdf
- Julie's Bicycle. (2022). *Environmental Policy and Action Plans an Overview*. Julie's Bicycle. Disponível em <https://juliesbicycle.com/wp-content/uploads/2022/10/Policy-and-Action-plans-guidance-2022.pdf>
- Le Sourd, M., Sert, M., & On the Move. (2019). *Fund-Finder - Guide to funding opportunities for arts and culture in Europe, beyond Creative Europe - 2019 Edition*. IETM - International network for contemporary performing arts. Disponível em https://www.ietm.org/system/files/publications/fund-finder_feb2019_03.pdf

- Marcus, M. (2022). Culture and Sustainability: Where Next?. *Ökologisches Wirtschaften Fachzeitschrift*, 37(4), pp.26–27.____ Disponível em <https://oekologisches-wirtschaften.de/index.php/oew/article/view/1909/1848>
- Miles, M. B., Huberman, A. M., & Saldanã, J. (1994). *Qualitative Data Analysis: A Methods Sourcebook* (3º Ed.). A Methods Sourcebook.
- Moldavanova, A. (2014). Sustainability, Aesthetics, and Future Generations: Towards a Dimensional Model of the Arts' Impact on Sustainability. Em Humphreys, D., & Stober, S. S. (Eds.), *Transitions to Sustainability: Theoretical Debates for a Changing Planet*. Campaign, IL: Common Ground Publishing. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/315834900_Sustainability_Aesthetics_and_Future_Generations_Towards_a_Dimensional_Model_of_Arts%27_Impact_on_Sustainability
- Osterwalder, A., & Pigneur, Y. (2010). *Business Model Generation*. John Wiley & Sons, Inc.
- Parlamento Europeu. (2019, novembro). *Parlamento Europeu declara emergência climática*. Disponível em <https://www.europarl.europa.eu/news/pt/press-room/20191121IPR67110/parlamento-europeu-declara-emergencia-climatica>. Consultado em 10 de junho de 2023.
- P55.ART. (2022, fevereiro). *Arte, Ativismo e Ecologismo: Pode a Arte mudar o Mundo?*. Disponível em <https://www.p55.art/blogs/p55-magazine/arte-ativismo-e-ecologismo-pode-a-arte-mudar-o-mundo>. Consultado em 10 de junho de 2023.
- P55.ART. (2023, agosto). *Quem foi o artista alemão Joseph Beuys?*. Disponível em <https://www.p55.art/blogs/p55-magazine/quem-foi-o-artista-alemao-joseph-beuys>. Consultado em 06 de outubro de 2023.
- Ribeiro, J. A. G., & Cavassan, O. (2013). Os conceitos de Ambiente, Meio Ambiente e Natureza no contexto da temática ambiental: definindo significados. *GÓNDOLA, Enseñanza y aprendizaje de las Ciencias*, 8(2), pp.62-76. Disponível em https://www.academia.edu/5854270/Os_conceitos_de_ambiente_meio_ambiente_e_natureza_no_contexto_da_tem%C3%A1tica_ambiental_definindo_significados_THE_CONCEPTS_OF_ENVIRONMENT_ENVIRONMENT_AND_NATURE_IN_THE_CONTEXT_OF_ENVIRONMENTAL_ISSUE_DEFINING_MEANINGS.
- The Shift Project. (2021). *Décarbonons la Culture! Dans le cadre du plan de transformation de l'économie française*. Disponível em https://theshiftproject.org/wp-content/uploads/2021/11/TSP_CULTURE_Synthese-full.pdf
- UNESCO, International Institute for Educational Planning. (s.d.). *Cultures*. Disponível em <https://policytoolbox.iiep.unesco.org/glossary/cultures/>. Consultado em 14 de setembro de 2023.

- União Europeia. (s.d.). Prioridades da União Europeia 2019-2024. Disponível em https://european-union.europa.eu/priorities-and-actions/eu-priorities/european-union-priorities-2019-2024_pt. Consultado em 10 de outubro de 2023.
- United Cities and Local Governments. (s.d.). *Culture: Fourth Pillar of Sustainable Development*. Disponível em https://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/en/zz_culture4pillarsd_eng.pdf. Consultado em 14 de setembro de 2023.
- United Cities and Local Governments. (2018). *Culture in the Sustainable Development Goals: A Guide for Local Action*. Disponível em https://link.springer.com/referenceworkentry/10.1007/978-3-030-38948-2_174-1. Consultado em 14 de setembro de 2023.
- United Nations. (s.d.). *Report of the World Commission on Environment and Development*. Disponível em https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=LEGISSUM:sustainable_development. Consultado em 14 de setembro de 2023.
- Vries, G. (2020). *Culture and the Sustainable Development Goals: Challenges and opportunities*. Disponível em <https://voicesofculture.eu/wp-content/uploads/2020/09/VoC-Sustainability-Topic-Paper-1.pdf>. Consultado em 15 de setembro de 2023.
- Williams, B. (2023, fevereiro). *Ernst Haeckel and the Origins of Ecology*. Disponível em <https://www.briangwilliams.us/environmental-history/ernst-haeckel-and-the-origins-of-ecology.html>. Consultado em 07 de junho de 2023.
- Willow, F. (2021, dezembro). *What Is Land Art & Why It's Important*. Ethical Unicorn Sustainable Living and Social Justice. Disponível em <https://ethicalunicorn.com/2021/12/21/what-is-land-art-why-its-important/>. Consultado em 05 de outubro de 2023.

Multimédia

European Comission, & Funding & tender opportunities. *Films on the Move CREA-MEADIA-2024-FILMOVE*. Disponível em <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/opportunities/topic-details/crea-media-2024-filmove?programmePeriod=2021%20-%202027&frameworkProgramme=43251814>.

Consultado a 12 de outubro de 2023.

Guterres, A., United Nations Environment Programme. (2022, outubro 27). *António Guterres - Emissions Gap Report 2022 Message* [Video]. YouTube. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=mCkUcJUuCPE&t=69s>. Consultado em 19 de abril de 2023

Anexos

Anexo A: Guião de entrevista de Andreia Carneiro

1. De que forma refletem, ou incluem, os programas de apoio à cultura públicos preocupações com o ambiente e a sustentabilidade?
2. Os programas de apoio à cultura privados refletem, ou incluem preocupações com o ambiente e a sustentabilidade? Se sim, de que modo?
3. Quais são as maiores dificuldades encontradas nas candidaturas a programas de apoio à cultura enquanto produtor/a?
4. Como se torna uma candidatura a programas de apoio à cultura apelativa/atrativa para a equipa de júris? Exemplo de 2/3 características chave.
5. Que conselhos pode partilhar com quem quer concorrer a apoios para projetos na área das artes performativas para que as candidaturas tenham sucesso?
6. Que aspetos devem ser tidos em atenção do ponto de vista da produção de um projeto cultural relacionado com a problemática ambiental e a sustentabilidade? Há elementos indispensáveis? Quais?
7. Acompanhou algum projeto focado na problemática ambiental enquanto produtora? Se sim, como foi financiado o projeto e que aspetos teve de ter em conta do ponto de vista da produção do mesmo?
8. Na sua perspetiva, qual o potencial da Cultura para a transição ecológica? Ou, o que podem/devem as organizações culturais e os artistas individuais fazer para tornar a sua prática mais sustentável, em equilíbrio com o ambiente e ajudarem a combater a crise climática?

Anexo B: Guião de entrevista de Carolina Mano Marques

1. As preocupações com o ambiente refletem-se de algum modo nos programas de apoio à cultura europeus?
2. Existe algum critério de avaliação das candidaturas a financiamento europeu que se relacione com a sustentabilidade?
3. Numa perspetiva genérica, de candidaturas a financiamento europeu para a cultura: (vertente cultura)
 - 3.1. Quais são as maiores dificuldades de uma candidatura europeia?
 - 3.2. Quais são os principais critérios de avaliação de uma candidatura europeia?
 - 3.3. Sabendo que as parcerias entre estados-membros da UE são uma especificidade dos projetos europeus, como se procuram e estabelecem as parcerias?
 - 3.4. Como se torna uma candidatura apelativa? Exemplo de 2/3 características chave.
 - 3.5. Quando se obtém financiamento, como é feito o acompanhamento dos projetos financiados? Que relação continua a UE a estabelecer com estes?
4. Em relação ao *ACT - Art Climate Transition*: Faça uma descrição breve do mesmo. Ex: Como surgiu, quando, em que consiste, que papel desempenha a Culturgest?
5. Qual a importância de organizações culturais com a dimensão da Culturgest pertencerem a projetos sobre temáticas como ecologia, o impacto das alterações climáticas e inclusão social como o *ACT*?
6. O que podem/devem as organizações culturais e os artistas individuais fazer para tornar a sua prática mais sustentável, em equilíbrio com o ambiente e ajudarem a combater a crise climática?
7. E por fim, na sua perspetiva, qual o potencial da Cultura para a transição ecológica?

Anexo C: Guião de entrevista de Carlos Levezinho

1. De que modo a DGARTES se relaciona com as questões da sustentabilidade, da preservação ambiental e da mitigação dos efeitos das alterações climáticas?
2. Sente que as preocupações com o ambiente se refletem de algum modo nos programas de apoio à cultura da DGARTES?
3. Numa perspetiva genérica, de candidaturas a financiamento às artes da DGARTES:
 - 3.1. Quais são as maiores dificuldades de uma candidatura aos programas de apoio à cultura da DGARTES?
 - 3.2. Quais são os principais critérios de avaliação de uma candidatura aos programas de apoio à cultura da DGARTES?
 - 3.3. Como se torna uma candidatura apelativa? Exemplo de 2/3 características chave.
 - 3.4. Quando se obtém financiamento, como é feito o acompanhamento dos projetos financiados? Que relação continua a DGARTES a estabelecer com estes?
4. E por fim, na sua perspetiva, qual é o potencial da Cultura para a transição ecológica?

Anexo D: Guião de entrevista de Sara Machado

1. Sente que a União Europeia encara a cultura como uma aliada da sustentabilidade e da transição energética? Se sim, de que modo? Ou se não, porquê?
2. Sente que as preocupações com o ambiente se refletem de algum modo nos programas de apoio à cultura europeus?
3. Numa perspetiva genérica, de candidaturas a financiamento europeu para a cultura: (vertente cultura)
 - 3.1. Quais são as maiores dificuldades de uma candidatura europeia?
 - 3.2. Quais são os principais critérios de avaliação de uma candidatura europeia?
 - 3.3. Sabendo que as parcerias entre estados-membros da UE são uma especificidade dos projetos europeus, como se procuram e estabelecem as parcerias?
 - 3.4. Como se torna uma candidatura apelativa? Exemplo de 2/3 características chave.
 - 3.5. Quando se obtém financiamento, como é feito o acompanhamento dos projetos financiados? Que relação continua a UE a estabelecer com estes?
4. O que é o programa *Europa Criativa*? E, sabendo que o programa *Europa Criativa* se subdivide em diversas linhas de apoio pode falar-nos brevemente sobre estas?
5. É possível concorrer a alguma linha de apoio a título individual ou apenas com uma entidade?
6. Fale-nos um pouco sobre a *Desk Portuguesa da Europa Criativa*. Que apoio fornece aos trabalhadores do setor cultural e como se pode ter acesso a esse apoio?
7. Para a *Desk Portuguesa da Europa Criativa* que simboliza a *Carta de Compromisso CIEC sobre o Pacto Ecológico Europeu – Sectores Culturais e Criativos*? E como influencia o vosso modo de trabalhar?
8. E por fim, na sua perspetiva, qual é o potencial da Cultura para a transição ecológica?